



ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA AMAZÔNIA:

Uma experiência de associativismo na RDS
do Rio Madeira (Novo Aripuanã e Manicoré/AM)

A organização social das comunidades e populações tradicionais da Amazônia é um passo fundamental e imprescindível para se alcançar efetividade em quaisquer esforços voltados para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável da região.

Experiências bem-sucedidas de organização social de base comunitária na Amazônia são relativamente raras, levando-se em conta os esforços já feitos nessa área. Esta publicação é um registro de como um processo desse tipo pode ocorrer na prática e nas condições reais das comunidades da Amazônia.

Aqui, são as próprias lideranças da Associação dos Produtores Agroextrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Madeira (Apramad) que relatam a sua caminhada, sob o seu próprio ponto de vista.

Trata-se de uma reflexão crítica sobre a experiência vivida. Ao mesmo tempo, o exercício de sistematização visa à construção de conhecimentos sobre o tema, apontando os aprendizados e as lições mais importantes.

A organização da publicação foi um trabalho coletivo, participativo e não autoral. O documento é lançado como uma contribuição para todos aqueles/as que trabalham ou se interessam pelos processos de organização social de base na Amazônia ou fora dela.

Organização

Roberta Amaral de Andrade (IEB)

Equipe de apoio

Aurelio Diaz Herraiz (IEB)

Doney Vitor (IEB)

Francisco Rui Santos de Souza (IDAM – Novo Aripuanã/AM)

Rita Martins (IEB)

Coordenação editorial

Alessandra Arantes (IEB)

Revisão

Josinaldo Aleixo (IEB)

Ailton Dias (IEB)

Vinicius de Andrade Mansur (consultor independente)

Fotos

Alessandra Arantes (IEB)

Roberta Amaral (IEB)

Associação dos Produtores Agroextrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Madeira (APRAMAD)

Ana Flávia (CEUC)

Mapas

Francisco Aleixo (CEUC)

Katiuscia Miranda (IEB)

Agradecimentos

Domingos Macedo, ex-coordenador (SDS/CEUC)

Francisco Rui Santos de Souza (IDAM – Novo Aripuanã, AM)

Ítalo Sousa Chaves (IDAM – Novo Aripuanã, AM)

José Ricardo G. Maciel (IDAM – Novo Aripuanã, AM)

Mário Ney N. Ferreira (SDS/CEUC)

Renata Camargo (SDS/CEUC)

Sergio Gonçalves, coordenador (SDS/CEUC)

Revisão ortográfica

Davi Miranda

Editoração eletrônica

Supernova Design

Projeto gráfico

Ribamar Fonseca – Supernova Design

Impressão

Athalaia Gráfica

O68 Organização Social na Amazônia : uma experiência de associativismo na RDS do Rio Madeira (novo Aripuanã e Manicoré/AM) / Roberta Amaral de Andrade, organizadora. – Brasília : Instituto Internacional de Educação do Brasil ; 2011. 93 p. : il. ; 28 cm.

Inclui bibliografia

1. Rio Madeira – Organização social. 2. Problemas ambientais. 3. Desenvolvimento sustentável – Rio Madeira. I. Andrade, Roberta Amaral de.

CDD 363.7

Esta publicação foi produzida graças ao apoio do povo americano por meio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). O conteúdo é de responsabilidade de seus autores e não necessariamente reflete as opiniões da USAID ou do Governo dos Estados Unidos.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA AMAZÔNIA:

Uma experiência de associativismo na RDS
do Rio Madeira (Novo Aripuanã e Manicoré/AM)

Organização

Roberta Amaral de Andrade (IEB)

Equipe de apoio

Aurelio Diaz Herraiz (IEB)

Doney Vitor (IEB)

Francisco Rui Santos de Sousa (IDAM – Novo Aripuanã/AM)

Rita Martins (IEB)

Realização



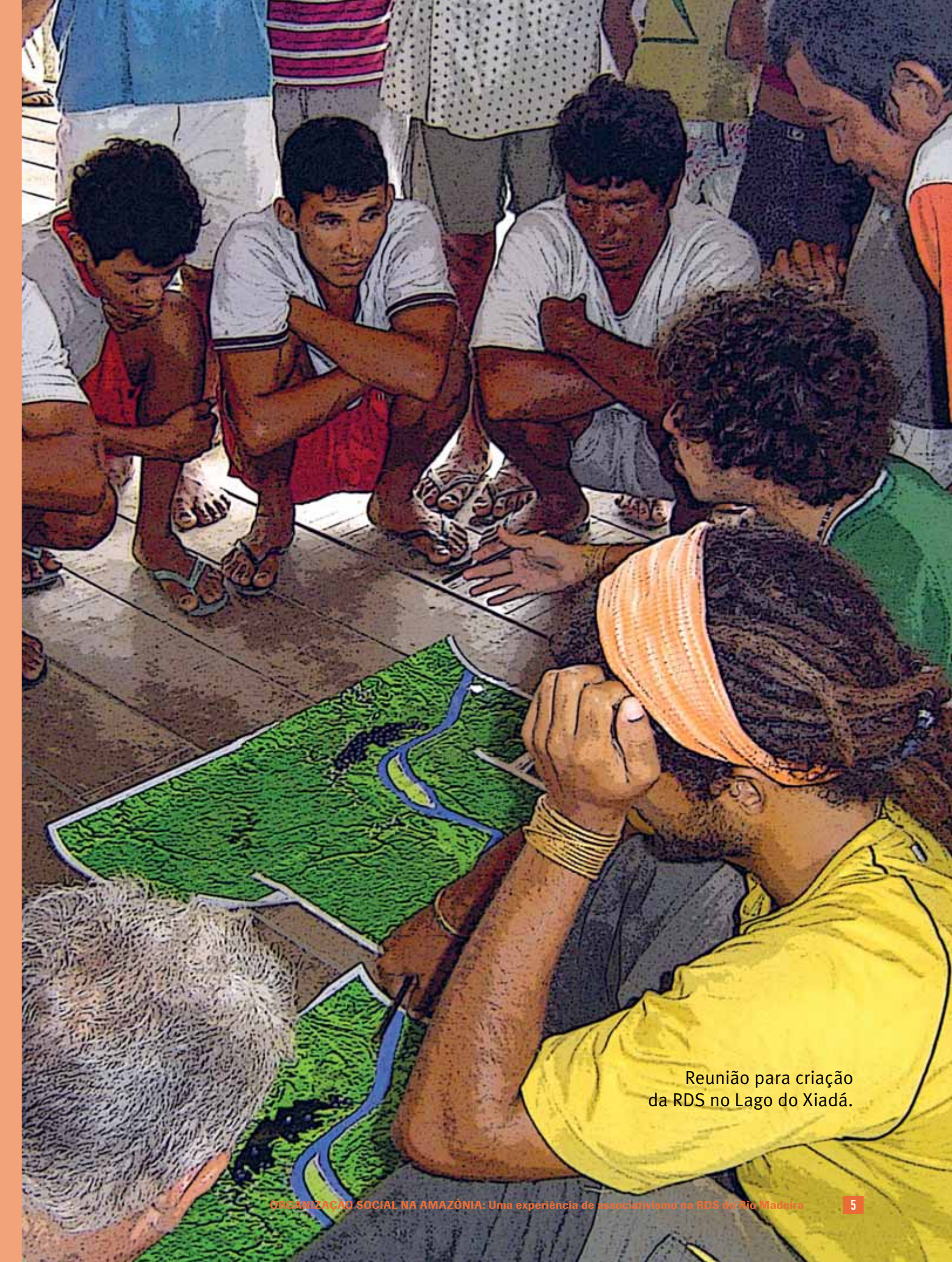
Apoio



setembro de 2011

Sumário

6	APRESENTAÇÃO
12	O CONTEXTO DA EXPERIÊNCIA
15	Novo Aripuanã e Manicoré
17	Organização da população
21	A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Madeira
26	O PROCESSO VIVIDO: MOBILIZAÇÃO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO ASSOCIATIVA NA RDS DO RIO MADEIRA
26	Os atores externos
32	Os atores internos
38	O início do processo da Apramad
44	O processo
44	1ª FASE: o trabalho de mobilização e sensibilização nos polos da Reserva
46	2ª FASE: o estudo do estatuto
47	3ª FASE: as capacitações
54	Assembleia de Fundação e eleição
54	A organização da Assembleia
57	O Estatuto
58	A Eleição
62	A Votação
68	A Apramad foi formada. E agora?
76	Linha do tempo
78	CONQUISTAS, LIÇÕES APRENDIDAS E DESAFIOS
78	Das pequenas associações à Apramad
81	O envolvimento das comunidades
83	A preparação para o associativismo
84	Sem pressa se vai longe
86	Os novos desafios
88	Um balanço do IEB
90	LISTA DE PARTICIPANTES NO PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO
92	LISTA DE SIGLAS
94	BIBLIOGRAFIA



Reunião para criação da RDS no Lago do Xiadá.

Apresentação

A organização social das comunidades e populações tradicionais da Amazônia é um passo fundamental e imprescindível para se alcançar efetividade em quaisquer esforços voltados para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável da região. Há um relativo consenso em torno dessa ideia. Porém, no cotidiano das instituições imbuídas dessa tarefa, o “como fazer” a organização social se desdobra em práticas as mais diversas, muitas das quais contraditórias ou incompatíveis entre si.

Muitas vezes são atores externos (agências governamentais, ONGs, empresas) que saem em busca de organizações sociais a fim de implementar suas políticas, projetando sobre as comunidades locais limitações que não são delas – dispõem de prazos quase sempre muito curtos, vêm imbuídos de intenções que muitas vezes não se encaixam com as das populações, têm uma lógica própria para

implementar suas ações. Assim não podem esperar um longo tempo até que uma comunidade se organize de maneira sólida e autônoma. No afã de agilizar seus projetos e de alcançar suas metas, tendem a queimar etapas imprescindíveis para um verdadeiro processo de organização social.

A prática mais comum é a da criação de associações como estruturas meramente formais e artificiais, sem lastro em processos mais orgânicos de mobilização social. Nesta lógica, abre-se mão da construção de identidades e de laços de solidariedade e reciprocidade que seriam os alicerces de organizações de fato. E de direito.



Predominam o “recorta e cola” de estatutos prontos, o centralismo presidencialista, a falta de transparência na gestão e o déficit de democracia na condução dos assuntos de interesse da coletividade. O resultado é a proliferação de um grande número de associações comunitárias criadas formalmente, mas que não chegam a se materializar enquanto unidade de mobilização e organização social. Muitas delas têm uma existência curta, caindo logo em descrédito e provocando o desgaste

da proposta associativa enquanto autogestão ou autorganização de um grupo de pessoas com certos interesses em comum.

No outro extremo, encontramos comunidades e populações tradicionais que, potencializando-se num caldo de cultura política de mobilização em torno da luta por direitos, empenharam-se na construção de organizações lastreadas na participação, capilaridade e mobilização social. Normalmente essas iniciativas



Reunião de criação da RDS na Comunidade José João.



demandam muitos anos de trabalhos, às vezes décadas. Levam à construção de redes de reciprocidade e de organização informal das pessoas em torno de objetivos e metas comuns. Mas nem sempre chegam a se formalizar enquanto organizações legalmente constituídas. Ou, quando o fazem, tendem a perseguir metas modestas, embora cruciais para o amadurecimento político do grupo social. Aqui, o trabalho dos atores externos aposta suas fichas em um trabalho de base mais consistente, de cunho educacional e voltado para a busca da cidadania e dos direitos do grupo social, e, portanto, de fortalecimento dessas iniciativas. Este parece ser um caminho mais lento, mais seguro e consistente de formação de organizações enraizadas na realidade local.

Uma conclusão a que se pode chegar é de que muito pouco ou quase nada sabemos sobre como promover e alcançar a organização social de base comunitária na Amazônia. Enquanto na produção teórica o problema da ação coletiva tenha dado origem a todo um conjunto de literatura e de abordagens compreensivas, na prática das organizações de apoio e assessoria esse é um caminho que apenas começou a ser trilhado.

Experiências bem-sucedidas de organização social de base comunitária na Amazônia são relativamente raras, levando-se em conta os esforços já feitos nessa área. Por outro lado, equívocos e desacertos são abundantes e quase sempre resultam da intervenção de atores externos bem-intencionados mas descolados das dinâmicas próprias do grupo social que supostamente se organiza.

Os dilemas acima constituem um conjunto de preocupações que foram constantes durante a implementação do programa Fortalecimento Institucional

no Sul do Amazonas (FORTIS), entre os anos de 2008 e 2011. O IEB, enquanto ONG responsável pelo programa, fez um grande esforço de alinhamento metodológico a fim de não repetir os mesmos erros tantas vezes observados na Amazônia quando o assunto é apoio ao associativismo. O desafio foi de ajudar os grupos comunitários com trajetórias variadas a se vislumbrar enquanto grupo, coletividade e, por fim, enquanto organização.

Logo ficou claro que não cabia replicar a criação de associações “a toque de caixa”, tampouco repetir as clássicas “oficinas de associativismo e cooperativismo”. A opção metodológica passava por um caminho mais longo e mais difícil. Era preciso interpelar os grupos comunitários sobre suas expectativas e esperanças em relação às suas organizações. Se a decisão do grupo era pela construção de organizações formais, era preciso implementar um processo formativo contínuo e que pudesse ser sustentado politicamente pelas próprias lideranças locais e não por atores externos. Por fim, era preciso fazer a mobilização da base, discutir a fundo em cada localidade

os propósitos e objetivos que motivam a criação de associações.

O papel do IEB no processo não era o de vender facilidades, mas auxiliar na condução do árduo trabalho de educação para a participação e de educação para a cidadania. Com o tempo, os primeiros resultados começaram a aparecer.

Esta publicação é um registro de como um processo desse tipo pode ocorrer na prática e nas condições reais das comunidades da Amazônia. Foi nesse sentido que propusemos à Associação dos Produtores Agroextrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Madeira (Apramad) que fizesse a sistematização da sua experiência de trabalho de mobilização e fortalecimento do associativismo de base comunitária.

O objetivo aqui não é narrar, do ponto de vista técnico-metodológico, os caminhos que o IEB trilhou no seu trabalho de fortalecimento do associativismo no Rio Madeira, mas sim dar oportunidade às lideranças comunitárias da Apramad de relatarem a sua trajetória. O objetivo não é apenas narrar uma história, mas também refletir criticamente

sobre ela, registrando os desafios e dilemas com os quais o grupo ainda se depara, bem como produzir conhecimentos sobre o tema. Por fim, o exercício de sistematização procura apontar os aprendizados e as lições que poderão ser colhidos com a experiência. Nesse sentido, o conhecimento resultante surge do próprio grupo social e da sua interação com atores externos, e não de centros de ensino e pesquisa especializados. A abordagem tem origem nos trabalhos de educação popular, tendo em Paulo Freire e em Holiday suas principais referências.

A participação ativa das pessoas na sistematização de sua própria experiência é uma das premissas que se procurou respeitar neste trabalho. O resgate da experiência e ordenamento das informações envolveu a realização de reuniões com lideranças da Apramad e entrevistas individuais com colaboradores que participaram da experiência em diferentes momentos e situações.

Os passos metodológicos adotados envolveram basicamente:

- i) o resgate da situação inicial vivida

- ii) descrição e análise crítica do processo vivido por parte dos próprios participantes na experiência;
- iii) identificação e registro das principais lições aprendidas ao longo do processo.

Os relatos orais e o registro das discussões coletivas foram organizados na forma de um documento base, que foi submetido a uma leitura crítica por parte do grupo de lideranças da Apramad para só então ser validado como o produto final da sistematização da experiência. A organização da publicação foi, portanto, uma produção coletiva e não autoral. Os trabalhos foram realizados em Manicoré e Novo Aripuanã, entre os meses de novembro de 2010 e junho de 2011.

Ailton Dias e Josinaldo Aleixo
Brasília, setembro de 2011.



O contexto da experiência

“Meu amigo, fique atento na história que eu vou contar
De uma parte do Amazonas que eu vim para cantar
Ali pouca coisa havia, quase nada para mostrar
Apareceu a Reserva que veio nos ajudar

O ar puro aqui tem
E a paz divina isso nunca vai faltar
Na minha terra tem do bom e do melhor
tem peixe com abundância para o povo alimentar

Se você está atento
A tudo o que vim falar
Cuide bem dessa floresta
Dela vamos desfrutar”

“O Xiadá”, Lailton Dias da Silva, morador
da Comunidade Lago do Xiadá



Município de Novo Aripuanã.

A história da Associação dos Produtores Agroextrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Madeira (Apramad) diz respeito à preocupação das populações das margens do rio Madeira de se organizarem para implantação e consolidação de sua reserva, de interagir com o poder público estadual e de lutar por melhorias de suas condições de vida. Aqui, contaremos cada capítulo desta luta protagonizada pelos ribeirinhos de três municípios do estado do Amazonas: Borba, Novo Aripuanã e Manicoré.

Legalmente, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Madeira engloba áreas desses três municípios, mas, na prática de seus moradores, a reserva envolve somente Novo Aripuanã e Manicoré. Isso porque as comunidades de Borba envolvidas na RDS se encontram mais próximas da sede do município de Novo Aripuanã do que da sede de seu próprio município. Por isso, antes mesmo da criação da RDS, essas comunidades sempre se remeteram à prefeitura e aos serviços de Novo Aripuanã, para fins práticos e políticos.

RDS:

Significa “Reserva de Desenvolvimento Sustentável” e é uma forma de regularização da terra que reconhece os direitos de quem vive nela e utiliza os seus recursos para sobreviver (as comunidades tradicionais), de forma a conservá-los e ajudar no desenvolvimento dessas populações. Ela é criada pelo governo federal ou estadual, sempre que as comunidades estiverem de acordo. Em uma RDS são criadas algumas regras de uso junto com as comunidades para garantir que as atividades desenvolvidas dentro dela não prejudiquem os moradores, nem os recursos que eles precisam.

Novo Aripuanã e Manicoré

Novo Aripuanã tem pelo menos 73 anos de história, quando era ainda um dos cinco distritos de Borba, a primeira vila do Amazonas. Como município, no entanto, Novo Aripuanã nasceu em 19 de dezembro de 1955, com a Lei Estadual nº 96. Faz fronteira com os municípios de Borba, Apuí, Manicoré e o estado do Mato Grosso.

Seu vizinho, o município de Manicoré, está localizado em uma região que facilitava as transações comerciais do estado do Pará com Mato Grosso e Goiás no final do século XVIII. É elevado à categoria de vila em 4 de junho de 1877, com a Lei Estadual nº 362, e, em 1896, recebe foros de cidade.

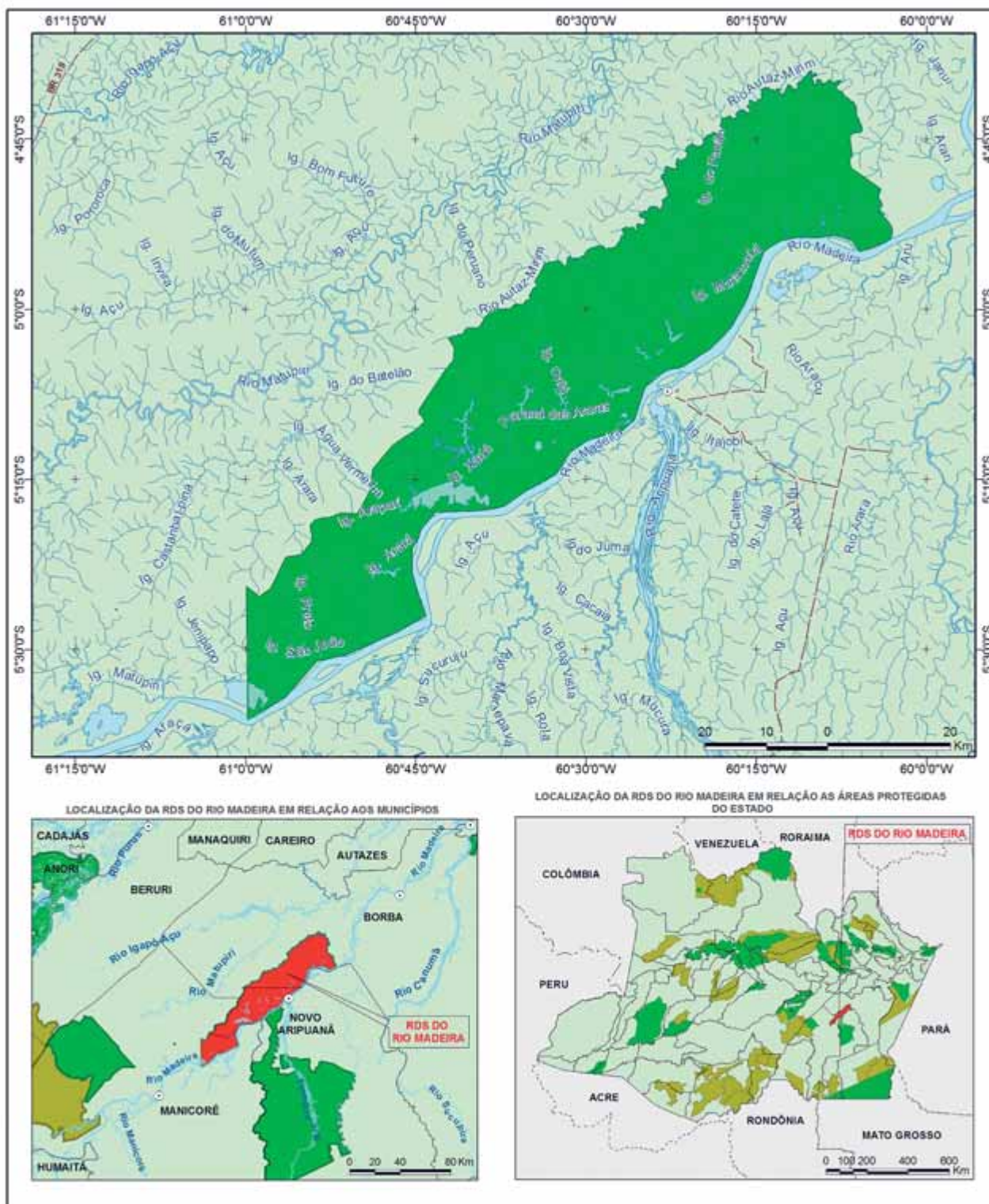
A formação das comunidades nesta região está estreitamente ligada com a extração da borracha. Os primeiros moradores vinham de outros estados ou cidades do Amazonas, alojando-se às margens dos rios, aonde havia a seringa (*Hevea brasiliensis*), ou nas estradas abertas para a atividade.



Extração da seringa.

De alguma forma, a época do ciclo da borracha parece ainda existir nas comunidades da RDS do Rio Madeira. Algumas pessoas se dizem proprietárias de terras, com títulos, cobrando arrendamentos, seja em dinheiro ou em produção, muitas vezes causando conflitos. Ainda existe a atividade dos “intermediários” para a compra e venda da produção agrícola/extrativista, numa troca que muitas vezes não remunera de maneira justa os produtores.

Mosaico Matupiri/Igapô-açu





ORGANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

Essa exploração em Manicoré, especificamente no caso da extração da castanha, vem sendo respondida, há 10 anos, com a organização das comunidades na Cooperativa Verde de Manicoré (Covema). O objetivo é garantir que a compra da castanha pela cooperativa garanta preço e divisão dos lucros justos para os cooperados. Hoje, a lata da castanha, que antes saía a R\$ 2,50, é vendida por até R\$ 20,00.

Antes da Covema, o trabalho de algumas lideranças do município, no final da década de 90 (1997 a 2000), já havia criado pequenas associações de comunidades e também uma organização central delas, a Central das Associações Agroextrativistas de Manicoré (Caam). Esse conjunto de associações em parceria com o então Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) – que hoje leva o nome de Conselho Nacional das Populações Extrativistas – fundaram a Covema.

O trabalho do CNS, da CAAM e das associações em Manicoré também apoiou a criação de uma Reserva Extrativista (Resex) federal – A Resex

do Lago do Capanã Grande – e de uma RDS estadual – a RDS do Rio Amapá. Esse histórico de organização e luta em Manicoré gerou maior expectativa em relação à criação da RDS do Rio Madeira.

Em Novo Aripuanã, apesar de ser um município vizinho, o contexto era diferente. Havia forte pressão da exploração madeireira e do garimpo. Não havia por parte do poder público municipal nem de outros atores o interesse na criação de Unidades de Conservação (UCs). As comunidades estavam mais fragmentadas e tinham pouco trabalho organizacional em comum. A organização para a criação da RDS do rio Madeira lá foi diferente: partiu das poucas associações e comunidades que existiam, com o apoio do padre local – Padre Ramiro – que era entusiasta da ideia.

O estilo de vida das comunidades nos dois municípios, contudo, não se diferenciava significativamente. “São municípios ricos, de gente pobre”, como diz Osmar Vale (Seu Zito), uma das lideranças do CNS, ainda na época de Chico Mendes

e hoje membro do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Novo Aripuanã.

Todas as comunidades são extremamente dependentes dos recursos naturais para a sua sobrevivência, em especial a pesca e a “roça” (plantio de macaxeira). Porém, a pressão da pesca comercial e a exploração madeireira vem afetando negativamente suas

vidas. Muitas são as demandas existentes, da saúde à educação, da cultura ao lazer. E, pouco a pouco, a população se dá conta de que lutar pelos seus direitos e pela melhoria da qualidade de vida individualmente é mais difícil. Por isso, as populações das margens do rio Madeira já começaram a se organizar em associações comunitárias.

Município	Novo Aripuanã	Manicoré
Significado	“rio cheio de cachoeiras” (do neotupi)	“filho(a) da Deusa” (do tupi)
Localização	à margem direita do rio Madeira, junto à foz do rio Aripuanã, na mesorregião do Sul Amazonense e na microrregião do Madeira, distante aproximadamente 300 km – por via fluvial – ao sul da capital Manaus.	à margem direita do rio Madeira, na mesorregião do Sul Amazonense e na microrregião do Madeira, distante aproximadamente 419 km – por via fluvial – ao sul da capital Manaus.
Área	41.189 km ²	48.282, 66 km ²
População	21.389 habitantes	47.011 habitantes
Economia	Ambos possuem economia essencialmente agrícola, com destaque à produção de melancia, farinha, banana, cacau, maracujá e milho. Destacam-se também a pesca e o extrativismo, que desempenham papel importante junto às populações ribeirinhas. Do extrativismo se obtém principalmente o açaí, a copaíba, a castanha e a borracha, sendo estes dois últimos os que geram mais renda.	

(Fonte: Migueis, 2011; IBGE, 2010)



A SOCIEDADE DA BORRACHA

Como é bem conhecido na história do Amazonas, durante o chamado “ciclo da borracha”, havia os *seringueiros*, que eram a força de trabalho explorada pelos *patrões* (ou seringalistas). Estes eram os donos dos seringais, do capital, dos produtos e da mercadoria. Os seringueiros eram subordinados a todas as regras impostas pelo patrão. Eram obrigados a comprar os bens que necessitavam em armazéns chamados de “casas de aviação”, que estabeleciam os preços de modo a enriquecer o patrão e endividar o seringueiro. Com a ajuda de *jagunços* e *capatazes*, estabeleciam a ordem

por meio de práticas de crueldade e manipulação. Os *regatões* eram os comerciantes dos rios, que se encarregavam da circulação de mercadorias nessas regiões. Muitas vezes ele burlava os direitos dos *aviadores* (os donos dos armazéns), negociando diretamente com os seringueiros, que, dessa forma, tentavam resistir às exigências dos patrões.

(Fonte: adaptado de Migueis, 2011)



RESEX:

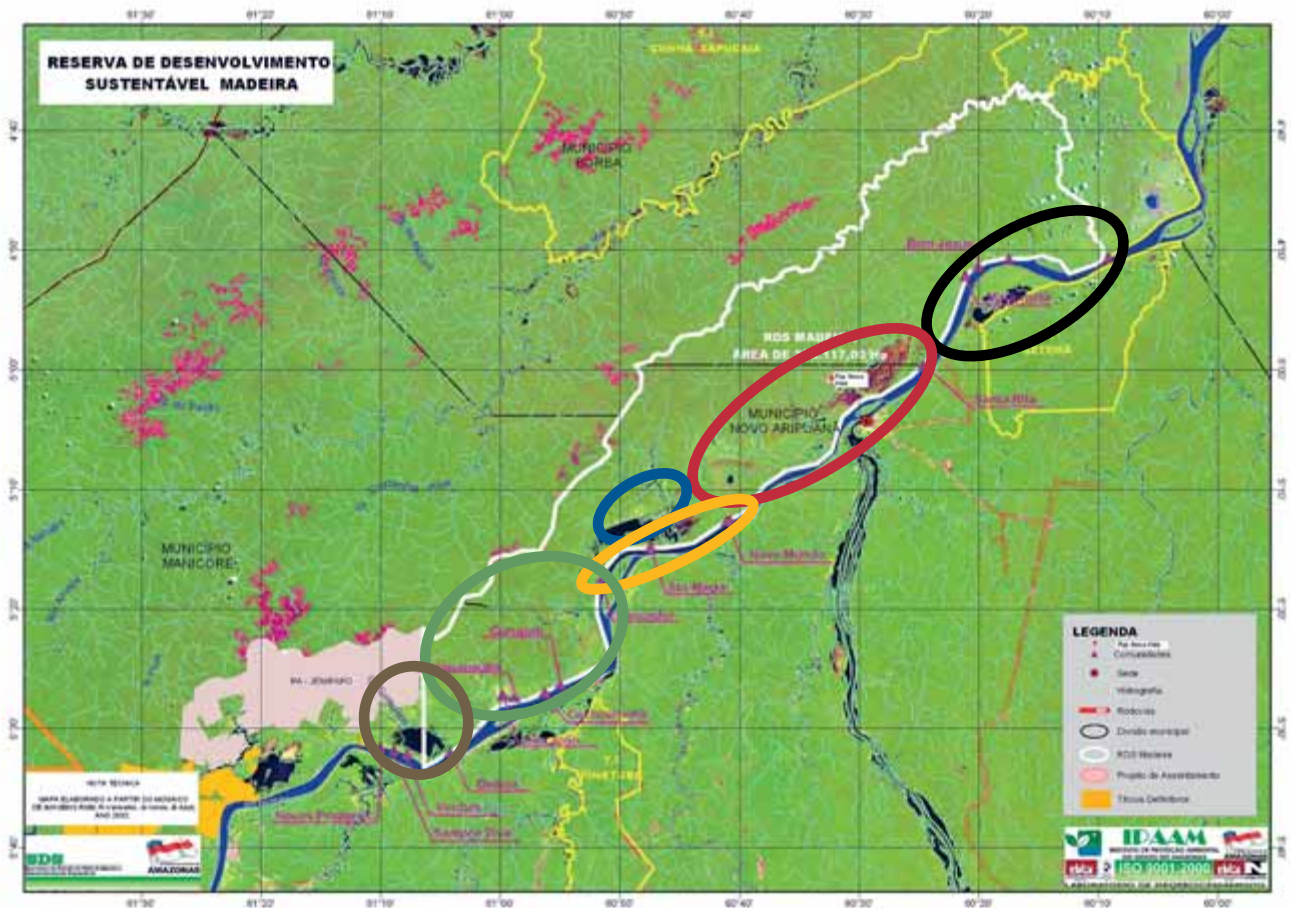
A Reserva Extrativista (Resex), assim como a RDS, é uma forma de regularização da terra que reconhece os direitos de quem vive nela e utiliza os seus recursos para sobreviver (as comunidades tradicionais). Pode ser criada pelo governo federal ou estadual, desde que as comunidades estejam de acordo. Uma RDS e uma Resex são muito parecidas, mas a principal diferença é que, em uma Resex, os donos das terras particulares têm de sair mediante indenização, já em uma RDS, pode haver terras particulares desde que isso não prejudique os moradores da Reserva.

MADEIRA:

No município de Manicoré existe também intensa atividade madeireira que, no entanto, encontra-se localizada principalmente na área sul do município cortada pela BR-230 (Transamazônica), que pouca conexão tem com a sede do município e com a área em que se encontra a RDS do Rio Madeira.

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Madeira

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Madeira



A partir de 2003, o governo do Estado do Amazonas executou uma política intensa de criação de UCs. Em 2005, já havia 31 UCs criadas. Dentre elas, a RDS do Rio Madeira.

O primeiro registro oficial da demanda de criação da RDS partiu do Lago Preto, comunidade localizada no lago de mesmo nome, no município de Novo Aripuanã. Em trabalho na comunidade, na época, um pesquisador de Manaus estimulou os moradores a se organizarem para criar

a reserva como forma de conservar seus recursos. Preocupados com a diminuição dos peixes no lago, devido à intensa atividade de pesca comercial, os ribeirinhos escreveram uma carta que chegou às mãos das já extintas Secretaria Executiva Adjunta de Projetos Especiais (Seap) e da Secretaria Executiva Adjunta de Extrativismo (Seae) do governo do estado em setembro de 2005.

Dois meses depois, uma equipe ligada a essas secretarias vai a



campo para a realização de estudo socioeconômico, sensibilização e mapeamento de uso dos recursos das comunidades. A ideia que havia começado em Lago Preto se estendeu, subindo o rio Madeira para os municípios de Manicoré e baixando até certo trecho de Borba. A expansão do que seria a área da RDS foi discutida e entendida como a ideal pelos técnicos em Manaus e foi aceita pelas comunidades. Na época, 20 comunidades foram mapeadas e fariam parte da reserva.

Nas visitas dos técnicos, dizia-se que a RDS seria vantajosa para

os moradores porque, além de conservar uma grande área de floresta, melhoraria suas condições de vida e traria segurança. Para o governo do estado, a RDS do Rio Madeira era parte de uma proposta maior, baseada em um estudo da região do interflúvio Madeira-Purus que atribuía à área grande relevância ecológica. Visava-se, então, a criação do Mosaico Matupiri/Igapó-açu, abrangendo quatro UCs: a RDS Igapó-açu, o Parque Estadual do Maturpiri, a RDS do Matupiri e a RDS do Madeira.



Município de Manicoré.

A conversa sobre a RDS se espalhou pelas comunidades, mas, apesar de haver associações espalhadas pela região, a discussão ainda não estava organizada. O povo era leigo no assunto e tinha dúvidas. A Seap/Seae cumpriu seu cronograma, fez as reuniões comunitárias e uma consulta pública. Em 3 de julho de 2006, o governo estadual publicou o decreto de criação da RDS do Rio Madeira.

Porém, as dúvidas ainda eram um problema.

RDS do Rio Madeira	
Área	283.117 ha, abrangendo os municípios de Manicoré, Novo Aripuanã e Borba. Criada por meio do Decreto Estadual nº 26.009 – 03/07/2006
Nº de comunidades:	37
Nº de famílias	840
Comunidades por Polo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Polo 01: Matá Matá, Bom Jesus, Zé João, Casa Paulo; ▪ Polo 02: Lago do Castanha, Lago do Taciua, São Sebastião do Lago do Taciua, Santa Rita, Bom Sossego, Nova Estrela, Paraná dos Araras e São Francisco do Matupá; ▪ Polo 03: Vencedor, Vencedorzinho, Realeza (I e II), Uruá Brazão, Santa Rosa (I e II), Cruzeiro, São Pedro, Livramento, Santa Maria do Uruá, São Carlos; ▪ Polo 04: São Sebastião do Lago Preto, São Marajó do Lago do Xiadá, Bela Vista do Lago do Xiadá e São Francisco do Lago do Xiadá; ▪ Polo 05: São João, Carapanaúba, Curupati, Cachoeirinha; ▪ Polo 06: Verdum, Delícia, Novos Prazeres, Sempre Viva, Terra Indígena Caiapé.

DÚVIDAS



“Quando surgiu a Reserva, eu tava recém aqui, até fiquei meio confusa, não queria ir embora pro Lago [do Taciua], não. Eu conheci meu marido e ele dizia que era representante de lá. Fiquei com medo porque achava que era o exército que ia tomar conta da gente, que a gente ia ter que fazer tudo o que eles mandassem. Eu dizia que não queria os meus filhos no meio de gente que queria mandar. Depois ele foi me falando o que ouvia nas reuniões. E foi aí que entendi.”

Miguelma Cavalcante, Comunidade Lago do Taciua, Polo 2

CONSULTA PÚBLICA:

Consulta Pública é um evento conduzido pelo governo (federal, estadual ou municipal) para que a sociedade civil (populações locais, pesquisadores, profissionais, empresários, entre outros) opinem sobre determinado assunto. No caso da criação das unidades de conservação, é uma exigência legal (Decreto no 4320/02, que regulamenta a lei do SNUC) a sua realização para que a população se manifeste a respeito da criação, ampliação e mudança de categoria de UCs.

As consultas requerem ampla divulgação da proposta de criação da UC e reuniões preliminares com as comunidades locais e os setores interessados. Além disso, é necessário realizar levantamentos técnicos junto às entidades de pesquisa. Por último, realizam-se as reuniões públicas locais.

Fonte: PALMIERI et al, 2005

O processo vivido: mobilização social e organização associativa na RDS do Rio Madeira

Os atores externos

Em 2008, dois anos após a decretação da RDS do Rio Madeira, o governo do estado passa por uma reestruturação, são extintas a SEAP e a SEAE e é então criado o Centro Estadual de Unidades de Conservação (Ceuc). O órgão é criado com o objetivo de implementar, consolidar e gerir o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (Seuc), e é feita a nomeação de Ítalo Sousa Chaves como gestor da RDS em julho desse mesmo ano.

A partir do segundo semestre, com várias UCs já criadas até o momento, a atuação do governo passa para uma segunda fase: a de implementação das UCs, o que passava necessariamente pela criação e ativação dos Conselhos Deliberativos e/ou Consultivos.

Essa era a agenda interna do Ceuc.

Contudo, meses antes da criação do Ceuc, foi fundada a Fundação Amazonas Sustentável (FAS), que se tornaria ator importante nessa história. A FAS nasce como uma instituição público-privada, uma parceria entre o governo do estado do Amazonas e o banco Bradesco, sendo responsável pela gestão e implementação do Programa Bolsa Floresta (PBF), instituído pelo Decreto Estadual nº 26.958, em 04 de setembro de 2007. O objetivo do Bolsa Floresta é recompensar as populações tradicionais pela manutenção dos serviços ambientais prestados por meio da conservação da floresta. Ele possui quatro componentes, conhecidos entre os moradores da RDS como “recursos da FAS”:

Bolsa Floresta Renda: Destinado ao apoio à produção sustentável: peixe, óleos vegetais, frutas, mel e castanha entre outros. O valor pago varia de acordo com o número de habitantes por UC.

Bolsa Floresta Social: Destinado à melhoria da educação, da saúde, da comunicação e do transporte. O valor pago também varia de acordo com o número de habitantes por UC.

Bolsa Floresta Familiar: Tem como objetivo envolver as famílias moradoras e usuários das UCs na redução do desmatamento e na valorização da floresta em pé. Na prática, diz respeito ao pagamento de uma recompensa mensal de R\$ 50, pago às mães de famílias residentes dentro das UCs, que estejam dispostas a assumir um compromisso de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável.

Bolsa Floresta Associação: Destinado às associações dos moradores das UCs. Sua função é fortalecer a organização e o controle social do programa. Equivale a 10% da soma de todas as Bolsas Floresta Familiares.

(FONTE: adaptado de www.fas-amazonas.org.br)



Implementar o Bolsa Floresta era a agenda da FAS.

Da soma das agendas da FAS e do Ceuc, surge a necessidade da criação de uma associação-mãe. Uma necessidade criada de “fora para dentro”.

Para que os moradores da RDS tivessem acesso aos recursos do Bolsa Floresta, a condição imposta pela FAS era a criação de uma “associação-mãe”, a quem os recursos seriam repassados. Olhando para trás, algumas lideranças fazem uma crítica dessa postura da FAS, pois acreditam que, naquela época, ela estava mais preocupada com a formação da associação do que com a real representação social que ela teria.

O Ceuc, por sua vez, se mostrava favorável à criação dessa associação, mas se mostrava preocupada com a representatividade de uma área tão grande.

Assim, foi se construindo um consenso em torno da necessidade de organizar uma grande associação que não acabasse com as já existentes, mas que aumentasse o poder das organizações, reunindo pessoas de todos os polos que formam a RDS do Rio Madeira na luta por direitos e em diálogo com o poder público.

Ainda em 2008, o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) abre escritórios locais no sul do Amazonas para iniciar um projeto de duração de cinco anos: o Consórcio Fortis, projeto destinado ao fortalecimento institucional das organizações locais de sete municípios (Manicoré, Novo Aripuanã, Apuí, Humaitá, Lábrea, Canutama e Boca do Acre). Ao iniciar um trabalho em parceria com as organizações locais e o Ceuc, o IEB começa a atuar no processo de criação da associação-mãe da RDS.

Reunião para criação da RDS na Comunidade Verdum.



ASSOCIAÇÃO-MÃE:

É aquela que representa e defende os interesses dos moradores de todas as comunidades que dela fazem parte. Diferentemente das associações comunitárias locais, que abrangem uma ou mais comunidades próximas, ela abrange a UC como um todo.

REPRESENTATIVIDADE

“ Pensamos que o Conselho Gestor da Reserva só seria viável se as comunidades estivessem bem representadas pelos moradores dos polos e pela associação-mãe da RDS. A associação era uma condição para que pudéssemos criar o conselho. Nunca, na história da RDS do Madeira, tinha ocorrido uma mobilização social para estabelecer uma comunicação entre as comunidades e o órgão gestor ”

César Haag, ex-técnico do Departamento de Populações Tradicionais (DPT), Ceuc/SDS



Oficina de Sensibilização para formação do Conselho Gestor da RDS do Madeira e discussão sobre a associação-mãe.

A abordagem de fortalecimento institucional do consórcio Fortis

O consórcio FORTIS é um programa de **fortalecimento institucional** voltado para as organizações da sociedade civil, órgãos públicos e agentes privados que trabalham em favor da conservação e do uso sustentável dos recursos naturais da região sul do Estado do Amazonas.

O consórcio é liderado pelo **Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)** e tem como parceiros as ONGs Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), Associação de Defesa Etno-ambiental Kanindé, Conservação Estratégica (CSF Brasil) e Equipe de Conservação da Amazônia (ACT). A área de atuação do consórcio inclui os municípios de Boca do Acre, Lábrea, Canutama, Humaitá, Apuí, Novo Aripuanã e Manicoré.

O objetivo do consórcio é fortalecer as capacidades das organizações locais para o enfrentamento de problemas socioambientais associados ao avanço da fronteira de desmatamento e aumentar o diálogo entre diferentes atores sociais para assegurar a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais na região.

Como parte de seus esforços visando o fortalecimento institucional das organizações locais do sul do Amazonas, o Fortis implementa uma agenda de apoio ao associativismo nas comunidades ribeirinhas e unidades de conservação da região. O fortalecimento das organizações de base (associações) é considerado como um processo de médio e longo prazos e requer um intenso trabalho de conscientização, mobilização social e política das comunidades, participação ativa das pessoas e transparência nas decisões relacionadas aos interesses da coletividade.

A participação ativa das pessoas é assumida não como uma mera formalidade, mas sim como um fator essencial do trabalho associativo, sem o qual não se pode avançar na construção de organizações solidas e atuantes. Nesse sentido, evita-se a participação como simples presença ou a participação como consulta (sem compromissos).

A ideia de participação defendida pelo Fortis implica que as pessoas devam tomar parte nas ações e nas decisões, assumir compromissos públicos e compartilhar responsabilidades. Entendida dessa forma, a participação visa o aprimoramento da democracia e a transparência no trato de questões de interesse público.

Para se chegar a esse nível de participação, o programa se utiliza de diversos instrumentos formativos como diagnósticos participativos, oficinas de planejamento, grupos temáticos, intercâmbios de experiências, trabalho em rede, capacitações e realização de eventos públicos sobre questões relacionadas a conservação ambiental e justiça social na região.

Assim, a criação de associações formais, quando necessária, é o ponto culminante de uma fase anterior de mobilização social e formação das pessoas. Isso deve se dar como um processo de amadurecimento das capacidades políticas dos grupos e do seu comprometimento com os interesses da coletividade.

Uma vez que o grupo decide pela criação de uma organização, tem início o trabalho de **Desenvolvimento Organizacional (DO)** que visa o aprimoramento das capacidades internas, a melhoria das práticas de planejamento, o monitoramento e a avaliação, visando o alcance da missão e dos objetivos da entidade criada.

Os atores internos

Quando surgiu a necessidade de criação de uma associação-mãe para receber os recursos da FAS, já existiam sete associações dentro da RDS. Todas com um ponto comum: surgiram da ideia de que as comunidades, organizando-se, teriam acesso a benefícios inalcançáveis sem essa forma de representação.

Associação	Sede	Ano de criação
Associação Comunitária para o Desenvolvimento da Comunidade Santa Maria do Uruá (Acosama)	Comunidade Santa Maria do Uruá (Polo 03)	1999
Associação Agroextrativista do Lago do Xiadá (ALX)	Lago do Xiadá (Polo 04)	2003
Associação Agroextrativista José João (AAJJ)	Paraná do Zé João (Polo 01)	2003
Associação Comunitária Santa Rita (Acostri)	Comunidade Santa Rita (Polo 02)	2003
Associação Agroextrativista do Lago do Castanha (Asalcast)	Comunidade Lago do Castanha (Polo 02)	2005
Associação dos Moradores Agroextrativistas da Comunidade de Cachoeirinha (Amac)	Comunidade de Cachoeirinha (Polo 05)	2003
Associação dos Moradores Agroextrativistas da Comunidade de Novos Prazeres (Amanp)	Comunidade Novos Prazeres (Polo 06)	2001



As associações foram formadas pelo grande esforço de algumas lideranças que viam a importância da organização social e política. Algumas recorriam a políticos, outras a instituições locais que assistiam as comunidades no interior, como o Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável

do Estado do Amazonas (Idam) ou as secretarias municipais.

Tais associações tinham o importante papel de reivindicar direitos básicos para os moradores das comunidades, tais como saúde, educação, preço para os produtos e comercialização. Houve tentativa de manipulação por parte de alguns políticos no início. Contudo, com a mobilização da comunidade, as



Comunidade São Sebastião da Boca do Tacuia – Polo 02.



Comunidade São Francisco do Lago do Matupá – Polo 02.

associações ganharam autonomia e confiança. A Amac, por exemplo, associação com sede na Cachoeirinha, não somente ganhou autonomia como desenvolveu um programa de microcrédito.

Outras associações também começavam a caminhar, conseguindo os primeiros resultados de sua organização. A Acostri trabalhava junto ao Incra para receber os benefícios da reforma agrária e existia o medo de que a associação-mãe

centralizasse tudo e que não tivessem mais direito a nada.

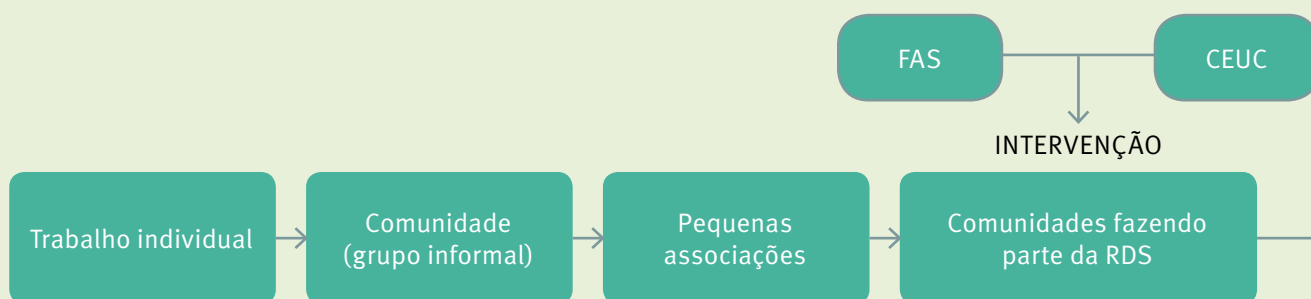
Mas a ideia de formar a associação-mãe ainda era vista com desconfiança por muitos. Como ficariam as “associações-filhas”? Era a dúvida que ainda jazia na cabeça de muitos.

Surgia o medo de a associação-mãe proibir os moradores de fazerem o que sempre fizeram – pescar, caçar, plantar, uso por pessoas não moradoras da área, etc.

Enquanto a maioria das associações existentes dialogava

e começava a aceitar a ideia da associação-mãe, de forma que ela fortalecesse as “filhas”, houve uma que resistiu até o último momento. A Acosama e algumas lideranças do Polo 3 acreditavam que poderiam dar conta da gestão dos recursos e da representação da reserva. Após muita conversa, e ao verem que estavam ficando isolados, resolveram entrar no debate com qualidade e firmeza, chegando depois a organizar uma chapa para concorrer nas eleições para diretoria e conselho fiscal da associação-mãe.

O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DOS MORADORES DAS COMUNIDADES



ORGANIZAÇÃO



“Foi difícil, porque trabalhar com o ser humano custa. Você chama 20 pessoas, 10 não vêm. Foram mais de anos para fundar ela [a associação]... A gente chamava pessoas que não sabiam o que era uma comunidade, pra que servia uma associação. Depois que eles foram juntando as peças, acharam que valia a pena”

Antonio Soares, sócio da ASALCAST



“Antes, tudo era individual. Em 1992 houve um sentimento de criar um agrupamento familiar, para os roçados. Tinha 25 famílias e só 17 adotaram a ideia; os indecisos achavam que os outros não iam ajudar. Meu pai levava de 25 a 30 dias pra roçar e, com o agrupamento, eram 2 dias. Era louvável ser uma comunidade. Em 2003 surgiu novo sentimento, as pessoas afirmavam que, se mudasse de comunidade pra associação, ficava mais fortalecido”

Lailton Dias da Silva, Presidente da ALX

INTERVENÇÃO

IEB

Associação-mãe

MICROCRÉDITO

“Naquela época não tínhamos a AMAC e sim a ASMODIC. Os presidentes, por falta de conhecimento, deixavam atrasar a declaração, os sócios não pagavam mensalidades... Na época o fundador visou também a política; ele foi beneficiado, foi eleito vereador duas vezes. A ASMODIC tinha 100 associados, mas que não pagavam as mensalidades. Quando eu entrei como presidente, disse ‘vamos cumprir o estatuto’, e ficamos em 17 pessoas. Em 2008 tínhamos 24 associados, e quando criamos o microcrédito e o pessoal viu que dava certo e que fizemos convênio com a Sepror [Secretaria de Produção Rural], passou pra 48.”

Francisco Udson, Presidente da AMAC



DESCONFIANÇA

“Mas o que é a associação-mãe? Que vai abranger o município todo... A gente não queria aceitar isso porque achou que não ia dar certo. Se já tínhamos a nossa, pra que outra? Eles explicaram que só a nossa não ia trazer os benefícios necessários pra reserva. Eu, como sou um cara saliente, enxerido, perguntei que se por acaso as outras associações iam ser fortalecidas. O Jerônimo [Ceuc] respondeu que ia depender das comunidades, e todos concordaram que a da reserva fortaleceria as menores.”

Antonio Soares, sócio ASALCAST

“As pessoas estavam confusas, achavam que, se formasse essa [associação], nós não íamos receber nada pela nossa [ACOSTRI]...”

Ernani Pinheiro, presidente da Acostri





Vista aérea do encontro das águas dos Rios Aripuanã e Madeira – Novo Aripuanã/AM.

O início do processo da Apramad

A “semente” da associação-mãe é plantada dia 13 de novembro de 2008, quando se realiza uma reunião no centro Manos Unidas, em Novo Aripuanã, entre o representante da FAS, Francisco Pinto, o gestor da RDS, Ítalo Sousa Chaves, Padre Ramiro e moradores da RDS, dentre elas, pessoas que fizeram parte da primeira diretoria da Apramad, Marcos Paulo, o “Marquinho”, Leilton Dias Martins, Padre Ramiro.

A pauta era o Bolsa Floresta e Francisco trouxe a informação de que havia R\$ 210.000,00 destinados à RDS do Rio Madeira e que só por meio da associação-mãe esse recurso seria acessado.

“A partir daí, eles deram um tempo curtíssimo para criar a associação. O Marquinho e o Leilton enlouqueceram, ficaram doidinhos pelo recurso. Escolheram algumas pessoas ali presentes para que pudessem compor a diretoria e me colocaram como presidente. Aí eu fiquei pensando. Quinze minutos depois liguei pro César [Haag, do Ceuc] e ele falou que não podia acontecer isso. Aí eu voltei, falei pra eles e eles ficaram revoltados’, conta Ítalo.

Cria-se então uma Comissão de 12 pessoas, sendo dois representantes de cada um dos seis polos da RDS. Essa Comissão teria como tarefa montar a diretoria; criar a minuta do estatuto; levá-lo às comunidades para aprovação e fundar a associação. Esse plano deveria ser executado em três meses, mas as lideranças tinham pressa.



Representantes da Comissão

Polo	Comunidades	Representantes
01	Matá Matá, Bom Jesus, Zé João, Casa Paulo	Francisco Roberto Branco (Comunidade Matá Matá)
		Marcos Antônio da Costa Silva (Comunidade Bom Jesus)
02	Lago do Castanha, Lago do Taciua, São Sebastião do Lago do Taciua, Santa Rita, Bom Sossego, Nova Estrela, Paraná dos Araras e São Francisco do Matupá	Ernani Pinheiro Viana (Comunidade Santa Rita)
		Robertinho Vieira dos Santos (São Sebastião da Boca do Taciua)
03	Vencedor, Vencedorzinho, Realeza (I e II), Uruá Brazão, Santa Rosa (I e II), Cruzeiro, São Pedro, Livramento, Santa Maria do Uruá, São Carlos	Antonio Eliraldo Soares (Comunidade São Carlos)
		Renato Mar Cabral (Comunidade Santa Rosa)
04	São Sebastião do Lago Preto, São Marajó do Lago do Xiadá, Bela Vista do Lago do Xiadá e São Francisco do Lago do Xiadá	Leilton Dias Martins (Comunidade São Sebastião do Lago Preto)
		José Nei da Silva Lemos (Comunidade São Francisco do Lago do Xiadá)
05	São João, Carapanaúba, Curupati, Cachoeirinha	Francisco Udson Oliveira da Conceição (Comunidade Cachoeirinha)
		Nelson Tavares da Silva (Comunidade Curupati)
06	Verdum, Delícia, Novos Prazeres, Sempre Viva, Terra Indígena Caiapé	Marcos Paulo Lima Barros (Comunidade Sempre Viva)
		Fredson Marques da Silva (Comunidade Novos Prazeres)



Nesse momento, Ítalo Sousa atua como ator chave na transformação de todo o processo, juntamente com Joedson Quintino, do IEB.

Na época se iniciava o Consórcio Fortis, que seria implementado por meio da formação de “fóruns locais”. O objetivo era construir uma agenda de atividades com as principais demandas que, depois, seriam desenvolvidas com o apoio do Fortis. Em Manicoré, o coletivo logo se estabeleceu, mas em Novo Aripuanã as coisas pareciam não caminhar. As lideranças compareciam em uma reunião, mas não vinham na seguinte ou então não aparecia um número suficiente de pessoas. Por muito pouco o IEB não desiste de trabalhar no município. É com o apoio do Ceuc e das lideranças da Comissão que o IEB consegue pactuar uma série de atividades a desenvolver no município.

Após a reunião, Ítalo, preocupado com os rumos da criação da associação-mãe, pede apoio a Joedson. Ítalo era filho de Santarém (PA) e vinha de uma vivência na Resex Tapajós-Arapuans, onde fez parte de uma associação que trabalhava com o projeto “Oficinas Caboclas”. Acreditando devido a essa

experiência, que uma associação não se cria “da noite para o dia”, Ítalo se empenha em buscar aliados para mudar o que havia sido proposto na reunião do Bolsa Floresta.

Juntos, eles mobilizam as lideranças e marcam uma reunião no Sindicato do Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR). A pauta proposta era a apresentação do plano de trabalho do Fortis, mas o principal tema era a conversa sobre a associação-mãe. Percebendo que a intenção da Comissão era se oficializar como associação sem um diálogo maior com as comunidades, Joedson provoca as lideranças:

“[...] perguntei se eles sabiam que representavam 5 mil pessoas e se essas pessoas sabiam que eles estavam criando uma associação sem a consciência deles. Eu falava que o recurso seria deles, não importava se ia chegar em dois meses ou um ano. Eles tinham que saber se era isso mesmo que eles queriam, porque já tinham sete associações na Reserva.”

Pela indignação que sua intervenção causou nas lideranças, Joedson mudou de estratégia e adotou uma postura firme, mantendo sua posição. O IEB não trabalhava daquela forma e seria parceiro apenas



A Apramad aposta na melhoria do beneficiamento do cacau, e, em 2010, investe os recursos do Programa Bolsa Floresta em secadores para aumentar a qualidade da produção.

se outra atitude fosse tomada. Ítalo convence as lideranças a não perder essa parceria e, dessa forma, eles desmontam a ação que poderia acarretar problemas no futuro.

Ao final da reunião, as lideranças se inseriram na agenda de capacitações planejada para o projeto Fortis e estabeleceram atividades específicas para a formação da associação, com o apoio do IEB e do Ceuc. A data da assembleia de fundação foi mudada para abril de 2009.

Mobilização social para criação da associação-mãe da RDS do Rio Madeira

QUANDO?	ATIVIDADE
DEZEMBRO/2008	Mapeamento das associações dentro da RDS
JANEIRO/2009	Início da Mobilização do CEUC para criação do Conselho Gestor da Reserva
FEVEREIRO/2009	Início do processo de discussão do estatuto nos Polos
MARÇO/2009	Continuação da discussão do estatuto nos Polos
ABRIL/2009	Assembleia de fundação da associação

ATIVIDADES

“Em novembro, a gente fez a reunião no auditório da prefeitura pra estruturar a agenda do Fortis e nesse momento tivemos uma aproximação bacana com o Ceuc. Foi um parceiro que ajudou muito nessa agenda, se envolveu bastante com a gente e fizemos uma espécie de plano de trabalho com todas as organizações do município – não apenas com a RDS do Madeira – para execução nos meses de dezembro de 2008 a maio de 2009. Era uma agenda mais focada pra região da RDS do Madeira porque lá

não tinha recurso nenhum para trabalhar, ao contrário da RDS do Juma, onde a FAS estava investindo dinheiro, com equipe...”

Joedson Quintino, assessor de campo do IEB



ALIADOS

“No final da tarde, encontrei Joedson (IEB) e convidei ele para juntos irmos ao Manos Unidas, onde estava acontecendo a reunião do Bolsa Floresta. Ele me acompanhou, se apresentou e ficou escutando. Quando eu vim de lá, estava aflito com que estava acontecendo e falei ‘Joedson, por favor, me dá uma luz’. Ele não queria encarar essa barca, mas eu conversei com ele até convencê-lo. Depois ele foi pro sindicato comigo, pois ali estavam as lideranças da RDS reunidas”

Ítalo Sousa Chaves, o ex-gestor da RDS do rio Madeira.



“O IEB, vendo a nossa ânsia, nossa fúria, nossa sede ao pote, viu que ia dar errado nos reunirmos em dezembro para fazer a minuta do estatuto. O nosso jeito era montar uma minuta, levar para a comunidade, aprovar e voltar com o estatuto para criar a associação. O IEB não: queria uma reunião, uma capacitação, outra reunião, outra capacitação... O Joedson já estava preparado para enrolar a gente. Ele sabia que, do nosso jeito, não ia dar certo.”

Marcos Paulo “Marquinho”, 2º secretário da Apramad – Gestão 2009-2011



“No dia, ele [Joedson] nem se despediu. Falou que o almoço seria servido no restaurante do Alcidão e foi embora. Disse que o IEB podia apoiar, mas que, do jeito que a gente estava organizado, o IEB estava fora. A gente ficou preocupado porque o IEB também poderia dar apoio para a gente. Viemos com calma, o Joedson explicou bacana e disse para que construíssemos uma agenda.”

Leilton Dias, Presidente da Apramad – Gestão 2009-2011



O processo

As lideranças da RDS do Rio Madeira puderam aproveitar o fato de a Associação de Moradores e Amigos da RDS do Juma (Amarjuma), em Novo Aripuanã, haver sido criada um pouco antes, para usá-la como modelo de análise, aproveitando os erros e os acertos da experiência vizinha.

Apesar disso, a criação da Apramad não seguiu nenhum roteiro previamente determinado, sendo uma proposta mais baseada na sensibilidade e no conhecimento da realidade por parte dos atores envolvidos. O resgate do processo feito com os atores nos traz à tona não um passo a passo, mas sim a junção de elementos que interagiram entre si para o fortalecimento da organização.

1ª FASE: o trabalho de mobilização e sensibilização nos polos da Reserva

No trabalho de mobilização inicial, a Comissão formada desempenhou papel fundamental. Além disso, a representatividade dos moradores aumentou na medida em que os trabalhos foram divididos por polos e realizados por duas lideranças de cada um deles.



Vista aérea do encontro das águas dos Rios Aripuanã e Madeira – Novo Aripuanã/AM.

Depois das reuniões em Novo Aripuanã, quando voltavam para seus polos, os representantes da Comissão começavam a difundir as informações para as comunidades. A estratégia levada para cada um dos polos foi diferente, bem como a recepção da ideia. Algumas lideranças da Comissão já tinham experiência com associativismo e/ou participado de algum tipo de grupo ou coletivo.

Ainda assim, o trabalho de mobilização não foi fácil. O apoio que a Comissão tinha das instituições parceiras parecia ainda não ser suficiente para o trabalho. O complemento era a força de vontade das lideranças que, mesmo tendo que arcar com as despesas

do próprio bolso, não hesitavam em seguir as atividades. Eles entendiam que a organização era o caminho para a melhoria de suas comunidades.

A possibilidade de um “conflito” entre a associação-mãe e as associações “filhas” foi sendo esclarecida aos poucos. A Comissão desenvolveu seu trabalho com responsabilidade e firmeza, fazendo reuniões nas comunidades, procurando convencer os moradores de que “a mãe” iria fortalecer “as filhas”. Somente algumas lideranças do Polo 03 – apesar de concordarem com a fundação da associação-mãe – se colocaram até o último minuto como oposição à Comissão formada.



Reunião da Comissão em Manicoré.

Além da agenda de formação da Apramad, as lideranças da comissão cumpriam a agenda de sensibilização e formação do Conselho Gestor da reserva. O momento demonstrou-se propício porque, na inexistência de recursos financeiros para as atividades de articulação e formação da associação-mãe, optou-se por implementar as agendas ao mesmo tempo otimizando-se recursos. Assim, nos meses de janeiro e abril de 2009, são realizadas duas rodadas de oficinas: uma para sensibilização e outra para a formação do Conselho Gestor, respectivamente. Durante essas atividades, depois de cumprida a pauta do Ceuc, era a vez dos representantes da Comissão, com o apoio do Joedson e Ítalo, entrarem em ação. Eles reforçavam o conceito de associação-mãe, falavam sobre o trabalho que vinham realizando de mobilização, bem como os problemas que enfrentavam, além de construir uma agenda, junto às comunidades pelas quais passavam.

2ª FASE: o estudo do estatuto

No momento em que a Comissão começou a se organizar para o debate da proposta de estatuto, aconteceu o aumento do número de seus membros: de 12 para 70 pessoas. Assim haveria mais chances de o estatuto chegar a todas as comunidades, fato este de suma importância para o envolvimento de outras lideranças no processo.

A Comissão, encarregada de puxar esse trabalho, estudou

previamente o estatuto da Amarjuma, com apoio do IEB e do CEUC. Foram impressas e entregues 300 cópias do modelo-base e, durante as reuniões, discutia-se artigo por artigo com as comunidades.

Discutir a minuta de um estatuto não foi coisa fácil por causa da linguagem, dos detalhes e das questões que dizem respeito à legislação. Foi preciso muita paciência para que todos entendessem o que se dizia. Nas comunidades, o debate foi rico e, quando terminou, um polo não sabia o que o outro havia discutido. Ou seja, a criatividade e as preocupações das comunidades foram contempladas nas diversas versões do estatuto que circularam pelos polos.



Oficina de Sensibilização para formação do Conselho Gestor da RDS do Madeira e discussão sobre a associação-mãe.

3ª FASE: as capacitações

Pactuadas no final de 2008 com o coletivo Fortis, as capacitações vinham sendo cumpridas e foram fator-chave para a qualificação do debate.

Quanto mais adentravam o mundo do associativismo, fosse pelo estudo do estatuto, fosse pelas capacitações, as lideranças que estavam à frente da Comissão se convenciam cada vez mais da seriedade e responsabilidade de se trabalhar em uma associação. Dessa forma, ao chegar em abril, mês previsto para a fundação da Apramad, havia o sentimento de que era preciso mais tempo para absorver todo aquele novo mundo de oportunidades que surgia para as comunidades da RDS do Rio Madeira. Aquelas mesmas pessoas que antes criariam a associação-mãe em menos de dois meses, agora, queriam que a assembleia de fundação e a eleição fossem adiadas para julho de 2009, cinco meses a mais que o previsto.



Oficina de Sensibilização para formação do Conselho Gestor da RDS do Madeira e discussão sobre a associação-mãe.

Ao todo, foram seis capacitações que trataram basicamente sobre:

Associativismo: características do associativismo; exigências legais para seu funcionamento; prestação de contas de recursos.

Gestão de associações: instrumentos de gestão interna; diagnóstico e planejamento de ações.

Elaboração de Projetos: principais elementos para elaboração de projetos comunitários. Como produtos, foram elaborados alguns exemplos de projetos a partir da realidade dos participantes.

As capacitações não envolveram somente as lideranças da Comissão, mas também representantes das comunidades. Dessa forma, aquele morador que estava ali quieto no seu lugar pôde ter uma visão mais profunda do que é o associativismo, da importância da organização, dos desafios para gerir a RDS e dialogar com o poder público.

Tudo foi aproveitado. As apostilas dos cursos ministrados eram estudadas antes de se realizar uma reunião na comunidade; as dinâmicas usadas eram reproduzidas nas reuniões das associações pequenas; a troca de experiência e o convívio com outras pessoas e ideias faziam com que os participantes perdessem a timidez e se desenvolvessem.

As capacitações traziam mais do que informações novas. Elas criavam a segurança e a autoconfiança necessária para que as lideranças se envolvessem nos trabalhos. Aquilo era algo inédito.

TRABALHOS

“ [No Juma] confiamos muito na mobilização inicial da comissão, achávamos que ela ia ser suficiente para levar pras comunidades a discussão, mas eles não conseguiram repassar com qualidade o que discutimos na comissão. Na RDS do Madeira, aperfeiçoamos isso na primeira ida a campo: formamos a Comissão em campo, acho que essa é a grande diferença. ”

César Haag, ex-técnico do DPT/Ceuc

MELHORIA

“ Eu passei setenta dias trabalhando por aí, em todas as comunidades do Polo 02. Eu até fiquei com um mapa. Aí eu saía para as reuniões: dia 05 de abril... 12 de abril... 18 de abril... 23 de abril... 26 de abril... 30 de abril... e 09 de maio. Fui informando pra cada comunidade o objetivo dessa associação: ‘Gente, vocês têm suspeita da associação da Reserva?’; e eles: ‘Ela vai tomar essa de nós’; ‘Nós não vamos mais ter direito de receber nada’. As pessoas estavam confusas, achavam que, se formasse essa daí, nós não íamos receber nada pela nossa... Então eu trabalhei com o Robertinho, que foi o meu parceiro. Gastando do meu recurso com ele; recurso próprio. O Ceuc, nem a FAS, ninguém deu recurso pra nós; foi com nosso recurso próprio, mas porque? O nosso interesse não ia caber pra ninguém de fora, ia caber pra nós. Então foi isso, gastamos nosso recurso, mas valeu a pena. Eu não tenho isso como prejuízo. ”

Ernani Pinheiro, Presidente da Acostri

FORTALECER

“O que o Seu Ernani colocou é verdade: chegava nas comunidades e eles perguntavam: ‘Mas essa associação não vai tirar nosso direito de alguma coisa?’; ‘A gente vai poder pescar, vai poder cultivar a roça?’, ficavam preocupados que depois de criar a associação ia se fechar. Então a gente tinha que divulgar: ‘Não! Simplesmente ela vai melhorar aquilo que já está acontecendo. A associação é pra isso, só pra melhorar e não pra deixar alguma coisa na pior’. A gente falava assim, na nossa língua. Eu saía da minha comunidade, que é a última, e percorria ali todas aquelas comunidades, fazendo reunião. Cheguei a fazer reunião em casa de forno com o pessoal torrando farinha.”

Leilton Dias, Presidente da Apramad – Gestão 2009-2011



SENSIBILIZAÇÃO

“[...] quando abríamos para perguntas e respostas, a gente estava tão atualizado que sabia responder direitinho o que o pessoal perguntava. O pessoal entendeu direitinho o que era a associação-mãe, a gente tinha característica de um profissional sem ser profissional. Isso era o bacana de tudo.”

Leilton Dias, Presidente da Apramad – Gestão 2009-2011



O motor rabeta é usado como transporte pelo Rio Madeira e seus igarapés.

DISCUTIA-SE

“Mostramos o estatuto nas comunidades do meu polo [...] já tinha os artigos formados: “o que significa a Reserva”, o outro “qual era a lei que dava o direito ao morador da Reserva”, “condições de melhoria de vida” e pra “receber os benefícios do governo”. Aí foi quando as pessoas foram acreditando mais [...] elas diziam que não era eu que tinha feito da minha cabeça própria.”

Ernani Pinheiro, Presidente da Acostri

INFORMAÇÕES



“[...] o que eu mais trabalhei foi o curso de associativismo. [...] Antigamente isso ai não existia não, pra gente nunca existiu essa forma de contato e quando começou a surgir eu mobilizei o pessoal pra participar. É inovador, fortalece o conhecimento, a inteligência das pessoas.”

Robertinho dos Santos, Comunidade São Sebastião da Boca do Taciua, Polo 02



NOVO MUNDO DE OPORTUNIDADES

“ [Nas oficinas] quanto mais o Jerônimo falava, mais a gente sentia a necessidade de criar uma associação forte pra estar se defendendo. Mas a gente não tinha experiência nenhuma... Como ‘brigar’ com os caras do governo do estado, do Ceuc, da FAS? Aí entra o IEB. Tudo o que a gente tava precisando pra se fortalecer o IEB tava lá. Vocês precisam de uma capacitação pra associativismo? O IEB tava lá. Vocês precisam de uma capacitação pra prestação de contas? O IEB tava lá. Vocês precisam de uma capacitação pra elaboração de projetos? O IEB tava lá. Hoje em brincadeiras o IEB até já diz que já tem que ter cuidado com a gente [risos]. O IEB ensinou muito.”

Marcos Paulo “Marquinho”, 2º Tesoureiro da Apramad – Gestão 2009-2011



Assembleia de Fundação e Eleição

Chega então 4 de julho de 2009, o dia da Assembleia de Fundação e Eleição da primeira diretoria da Apramad. Havia muita expectativa dos moradores da RDS. Simbolicamente, esse momento representava o encerramento de um processo ímpar da história de organização daquelas comunidades.

A organização da Assembleia

Marcada a assembleia geral, a Comissão realizou nova mobilização. A prefeitura de Novo Aripuanã; as Secretarias municipais, o Idam, a Câmara de Vereadores, a paróquia local, a rádio comunitária, todos apoiaram a realização da assembleia geral, graças à divulgação que foi tomando corpo nas comunidades e fora delas.

A criação de uma grande associação abriu os olhos de forças

políticas locais. É claro que o apoio de políticos era algo arriscado e visto com desconfiança, mas logo cedo a Comissão alertou que a associação era autônoma e não tinha vínculos político-partidários. Mesmo nessas condições, eles foram se agregando.

A Apramad teve sua assembleia de fundação diferente da Amarjuma porque, em sua preparação, as tarefas foram divididas e cada um sabia o que deveria fazer. Foram organizados vários grupos: credenciamento, alimentação,



Moradores da RDS no município de Manicoré saíram de suas comunidades de barco, onde ficaram alojados e discutiam estratégias de votação.



No dia da Assembléia de Fundação da Apramad a quadra paroquial parecia pequena.

arrumação, banheiros, som etc. As organizações de fora de Novo Aripuanã receberam incumbências na Assembleia: O IEB e a FAS na coordenação, o Ceuc e o IEB no credenciamento, coordenação do processo eleitoral e confecção da ata de fundação. Outros grupos foram escolhidos no começo da assembleia por serem demandados formalmente

no processo de criação de uma associação: comissão eleitoral, fiscais de chapas, etc. Consciente de seu papel e atribuição, a Comissão, ao final da reunião, arrumou a imensa quadra paroquial um dia antes da assembleia.

O evento contou com aproximadamente 400 pessoas. A quadra estava lotada. Todos ansiosos.



Composição da mesa de abertura: estavam presentes representantes do CEUC/SDS, Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã, IEB, FAS e das comunidades.



Discussão e votação dos artigos do estatuto da Apramad.

Estatuto

A primeira parte da assembleia foi a votação do estatuto da Apramad. O documento votado nada mais era do que a sistematização de todas as alterações feitas nas comunidades durante o seu estudo. Os artigos eram então lidos um por um e aprovados. Boas polêmicas surgiram, mostrando a maturidade, a unidade e as divisões existentes dentro do coletivo.

Sob os holofotes das forças políticas municipais, não foi fácil limitar a intervenção externa ao evento. Nem o estatuto foi poupado. Lideranças da Comissão avaliam que ocorreu interferência no artigo que descreveria os fins da associação. Uma representante do Ceuc propôs que, no artigo sobre vinculação política, constasse que “a Apramad não teria vinculações políticas ou partidárias”. Mas as lideranças consideram atualmente que a associação tem por atribuição também a conciliação de interesses, ou seja, uma atividade política. Logo, tal proposta aprovada veda a organização de fazer política mesmo da forma não partidária.

A questão do local da sede foi a mais controversa. A ideia inicial era colocá-la em um ponto central da reserva, mas todos queriam que a sede fosse em seu polo. A comunidade de Cachoeirinha, localizada no Polo 05 – a maior comunidade da RDS, com aproximadamente 70 famílias – fechou uma aliança com o seu vizinho, o Polo 06, ambos localizados no município de Manicoré, para sediarem a Apramad, proposta que, inclusive, já constava no estatuto lançado para votação.

O polo 03, representado por sua maior comunidade, Santa Maria, também estava bem articulado e decidido a levar a sede da associação. Alegavam situar-se num local mais central da RDS. No último minuto, porém, o Polo 04 se articulou aos outros dois polos restantes e conseguiram levar a sede para o Lago do Xiadá. Decisão que até hoje gera controvérsias, principalmente por ser uma região onde há dificuldade de acesso na época da seca.

Outro ponto levantado dizia respeito às comunidades do entorno da RDS. Sendo a Apramad uma associação representativa que lutaria pelos direitos dos moradores da reserva, como ficariam as comunidades que sempre estiveram juntas às demais, que eram usuárias dos recursos naturais da reserva ao longo de gerações, mas que haviam ficado fora dos limites da RDS? Após uma boa discussão, definiu-se, em votação quase unânime, que elas poderiam fazer parte da Apramad que, por sua vez, era obrigada a lutar por seus benefícios.

A Eleição

A eleição, longe de ser apenas um momento, é um processo. E ele foi delicado e tumultuado. Apesar de reservada para a parte da tarde da Assembleia, a eleição já se iniciara durante a mobilização para o evento.

Algumas lideranças tinham em mente que da Comissão sairia a futura diretoria da associação e trabalharam para que isto acontecesse. Segundo relatos, a Comissão começou a se pensar como Apramad quando foi marcada a data da Assembleia de Fundação, tendo convicção de que seria eleita. A partir daí, muitas das próprias comunidades começaram a

ver a Comissão já como diretoria. Por muito tempo, uma chapa que saísse da Comissão era a única esperada por todos.

Mas esse cenário mudou totalmente dias antes da eleição. Com persistente resistência, as lideranças do Polo 03 lançaram campanhas de candidatos isolados e tentativas de alianças. Na assembleia, porém, três chapas foram formadas. Mas o estatuto votado acabaria por deixar apenas duas. Uma chapa foi impugnada porque seu candidato a presidente era filho da reserva, mas residia em Manaus – e o estatuto dizia que, para ser candidato, a pessoa teria que morar há pelo menos um ano na RDS.

Dentro da Comissão houve um racha com a saída de seu Ernani, que se aliaria às lideranças do polo 03 formando uma chapa concorrente.

No fim das contas, as únicas chapas elegíveis para concorrer à eleição foram as que tinham como candidatos a presidente Leilton Dias e Seu Ernani Pinheiro, ambos representantes de Polos dentro da Comissão. Porém, a primeira teve o cuidado de persistir na solução da representatividade da RDS, sendo, dessa forma, montada com representantes de quatro dos seis Polos existentes.



RDS do Rio Madeira.

Assim ficaram as chapas:

CHAPA 01

Presidente: LEILTON DIAS MARTINS – Comissão (Polo 04)

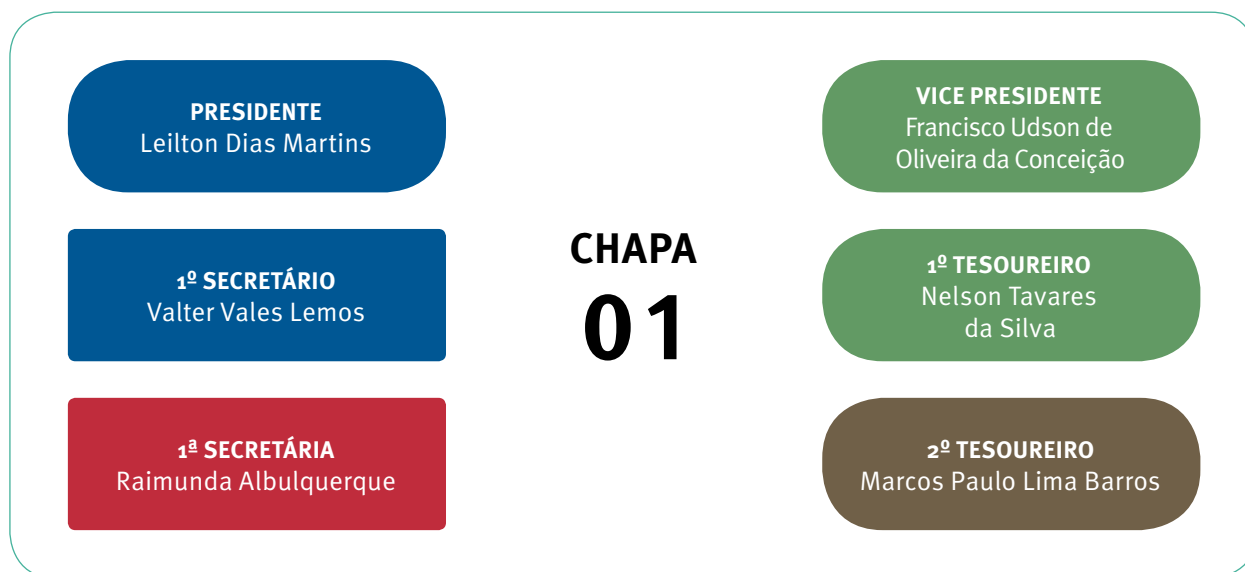
Vice-Presidente: FRANCISCO UDSON DE OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO – Comissão (Polo 05)

1º Secretário: VALTER VALES LEMOS (Polo 04)

2ª Secretária: RAIMUNDA ALBULQUERQUE (Polo 02)

1º Tesoureiro: NELSON TAVARES DA SILVA – Comissão (Polo 05)

2º Tesoureiro: MARCOS PAULO LIMA BARROS – Comissão (Polo 06)



■ POLO 1 ■ POLO 2 ■ POLO 3 ■ POLO 4 ■ POLO 5 ■ POLO 6

CHAPA 02

Presidente: ERNANI PINHEIRO VIANA – Comissão (Polo 02)

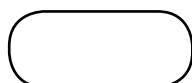
Vice-Presidente: RENATO MAR CABRAL – Comissão (Polo 03)

1º Secretário: JORGE RODRIGUES PINHEIRO (Polo 03)

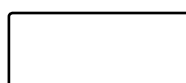
2ª Secretária: CILEUZA MACEDO VALENTE (Polo 03)

1º Tesoureira: MARIA CATARINA GUIMARÃES RAMOS (Polo 03)

2º Tesoureiro: ADRIANO LÚCIO MAR CABRAL – Comissão (Polo 03)



Fazia parte da Comissão



Não fazia parte da Comissão

A votação

O Polo 04 se viu numa situação complicada, pois, ao mesmo tempo em que respeitava e apoiava o trabalho de Seu Ernani, (representante do Polo) sabiam do empenho de Leilton e seus demais companheiros de chapa nos meses iniciais de atividades da Comissão. E agora, em quem votar?

Além da Diretoria, seria também eleito o Conselho Fiscal da Apramad. Havia duas chapas concorrentes, que, da mesma forma que as chapas das diretorias, foram montadas no dia da eleição. Liderança forte em seu Polo, Ernani sabia que havia pessoas de lá que poderiam concorrer. Ajudou na articulação de uma chapa aliada à

sua para Conselho Fiscal, enquanto a chapa concorrente já estava formada e na disputa junto com a Chapa 01.

Depois de definidas as chapas, restava a votação, mas antes, surgiram algumas questões, uma delas foi sobre o número de votantes por comunidade. Devido à quantidade de moradores da RDS, sugeriu-se que somente seis pessoas por comunidade participassem da Assembleia. Porém, algumas comunidades trouxeram mais que esse número de pessoas, deixando as outras em desigualdade, o que fez com que a votação tivesse que ser reorganizada. A questão



As atividades começaram cedo ...



... e terminaram com a eleição, já no escuro da noite.

foi remetida à assembleia que votou, por unanimidade, que as comunidades teriam que inscrever as seis pessoas que votariam. E foi o que ocorreu. Sanadas essas controvérsias, procedeu-se a fala dos dois candidatos à diretoria, que apresentaram suas plataformas de ação e chamaram os presentes à unidade.

A votação foi calma e lenta. Os presentes tiveram direito de votar

no conselho fiscal e na diretoria separadamente. A apuração foi eletrizante. Todos estavam nervosos e a cada contagem para um lado ou outro, as pessoas vibravam. A chapa vencedora o fez com uma diferença de apenas dois votos!

Enquanto a Chapa 01 se consagrava como a primeira diretoria da Apramad, quem venceu para o conselho fiscal foi a chapa de oposição.

CONSELHO FISCAL ELEITO	
TITULAR	SUPLENTE
Danieli Miranda Correia	Antonio Soares
Antonio Soares	Raimundo Gouveia
Claudinei Lemos Palheta	Carlos Alberto L. Pinto

Após a apuração, os candidatos concorrentes se cumprimentaram e falaram para a assembléia. Havia sido finalizado um momento histórico para a RDS do Rio Madeira, e suas comunidades e para a recém-nascida Apramad.

Programação: assembleia de fundação e eleição

HORÁRIO	ATIVIDADE
07h30 – 08h50	Cadastramento
08h50 – 09h30	Transição, Composição da Mesa, Filme e Programação do dia
09h30 – 09h40	Regras para a aprovação do Estatuto
09h40 – 12h00	Leitura e Aprovação do Estatuto
12h00 – 13h30	Almoço
13h30 – 14h45	Aprovação das Novas Propostas ao Estatuto
14h45 – 15h00	Funcionamento da Eleição
15h00 – 15h20	Inscrição e Anúncio das Chapas
15h20 – 15h45	Eleição da Comissão Eleitoral e Reunião com as Chapas (Paralelo)
15h45 – 16h10	Apresentação das Chapas e Reunião e organização dos Trabalhos da Comissão Eleitoral
16h10 – 17h00	Votação
17h00 – 17h45	Apuração e Resultado
17h45	Pronunciamento da Chapa vencedora
18h00	Encerramento



Rio Madeira, AM.

PROPOSTA

“ Art. 1º - Associação dos Produtores Agroextrativista da RDS do Madeira, doravante simplesmente designada neste estatuto de Apramas, com sede e foro no Município de Manicoré na Comunidade Cachoeirinha Baixo Rio Madeira no Estado de Amazonas [...]”

CONTROVÉRSIA

“ Eles [o Polo 03] não aceitam, acham que não é o local apropriado e temos sido muito criticados por isso. Tanto que eu tenho dado de resposta que não é um projeto da ALX, nós estamos abraçando essa benção, mas não é um projeto nosso, é o estatuto: primeiro artigo do estatuto da Apramad. Depois de tudo votado, eles querem jogar abaixo o estatuto. ”

Lailton Dias, presidente da ALX

RACHA

“ O pessoal de Manicoré anunciou que ia fazer uma chapa e a gente [Novo Aripuanã] pensou em fazer uma também. Combinamos com o Leilton: eu, ele, o Tuta [Polo 03]. Aí, um dia antes da eleição, o pessoal do Polo 03 mostrou que tinham feito outra chapa e queriam me colocar como secretário, mas o pessoal da minha comunidade tava me apoiando pra ser presidente. Eles só queriam que eu fosse presidente, não queriam me colocar como secretário nem vice. Depois de discutir, ele [Leilton] decidiu que ia sair como presidente, então ele entrou na chapa do pessoal de Manicoré. ”

Ernani Pinheiro Viana, Comunidade Santa Rita – Polo 02

RACHA

“Tivemos uma ajuda de um vereador, até porque o nosso adversário formou um grupo e, se ficasse a diretoria nas mãos desse grupo, com certeza hoje a RDS do Madeira não estaria como está, claramente melhor. A gente não ia formar diretoria, o Marquinho ia fazer parte de outra chapa. Ele falou ‘olha, tá na mão de vocês, vocês que fizeram os cursos, sabem do Programa...’. E a pessoa que realmente sabia de tudo era o Leilton, então tinha que ser o Leilton como presidente, ele sabia como caminhar na RDS do Madeira. Então foi por meio da ajuda de um vereador, experiente, que sabe como se faz. Depois que ouvimos a palavra dele, sentamos e formamos a chapa da diretoria atual da Apramad.”



Valter Lemos, 1º Secretário da Apramad –
Gestão 2009-2011

EM QUEM VOTAR?

“Foram três dias de expectativa pra nós, porque a gente tava dividido entre lá de cima e aí pra baixo. O seu Ernani queria que a gente votasse nele pra fortalecer a associação e a verba que viria, vinha primeiro pra gente. Mas o pessoal da Santa Maria veio botando quente mesmo. Aí o pessoal da cidade queria entrar, tanto pra apoiar, quanto pra votar. Eles falavam que vinha muita verba e que precisava de gente de confiança. A gente queria colocar o seu Ernani porque a gente já conhecia ele.”

Miguelma Cavalcante, Lago do Taciua – Polo 02

Eleição

Evolução do cenário das chapas no processo eleitoral.

Momento	Cenário das Chapas	Quem formava AS CHAPAS?
ANTES do dia da Eleição	Apenas a ideia de articulação de uma chapa única.	A Comissão.
NO DIA da Assembleia	03 chapas articuladas	Chapa do Polo 03, tendo como presidente uma pessoa de Manaus; Chapa do Polo 04, tendo como vice-presidente um membro da Comissão (Leilton Dias); Chapa da maioria da Comissão.
NO MOMENTO da Eleição	02 chapas elegíveis	Chapa 01 Presidente: Leilton Dias Martins (Comissão; Polo 04) 04 representantes da Comissão representantes de quatro polos diferentes
		Chapa 02 Presidente: Ernani Pinheiro Viana (Comissão; Polo 02) 03 representantes da Comissão representantes de dois polos, com maioria do Polo 03

A CHAPA VENCEDORA

“A eleição foi típica eleição de prefeito mesmo: uma turma a favor, outra contra; a nossa chapa aqui e a outra lá... A gente teve muita sorte de ganhar, por dois votos só. Achei engraçado foi a mãe do Leilton, quando ele foi eleito presidente: ela pulava, dançava, batia palma...”

Nelson Tavares, 1º Tesoureiro da Apramad – Gestão 2009-2011



A Apramad foi formada. E agora?

A expectativa em cima da diretoria eleita era grande. Apesar do cansaço de todos, ainda havia muito trabalho para a formalização da associação.

Em uma reunião após a assembleia, cada organização de apoio ficou responsável por apoiar a Apramad com a burocracia dos documentos necessários para que ela se constituísse de fato e de direito: era necessário registrar a ata e o estatuto em cartório – IEB; sistematizar o estatuto e a ata – Ceuc e tirar o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da associação – FAS. No entanto, em posse do estatuto da associação e incumbida por tirar o CNPJ, a FAS não cumpriu sua parte no acordo durante os seis meses seguintes.

Nesse intervalo de tempo, a Apramad não parou. Apoiada pelo IEB, as capacitações tiveram continuidade e foram realizadas outras atividades, como o I Encontro de Lideranças da RDS do Rio Madeira, que teve como objetivo avaliar as ações das instituições que trabalhavam dentro da UC e também as demandas

das comunidades para o ano de 2010. Foi nesse evento que se decidiu pela retomada do estatuto pelas comunidades e, no dia 14 de



Reuniões para discussão sobre a aplicação do Bolsa Renda nas comunidades: iniciativa tomada pela Apramad por entender a importância de ser protagonista de sua própria história e não esperar pelas instituições.

janeiro de 2010, foi tirado o CNPJ da Associação.

Nos meses seguintes, a diretoria eleita, mesmo ainda sem recursos, correu atrás da estruturação da associação e do trabalho que haviam assumido por dois anos. Já familiarizados com o trabalho participativo e democrático, não abriam mão de discutir as decisões que cabiam às comunidades.

Em abril de 2010, foi assinado o tão esperado convênio entre Apramad e a FAS, para receber os recursos do Bolsa Floresta. Para não ficar apenas como mero gerenciador

desses recursos, a diretoria participou de outras atividades e se articulou para levar outros projetos para a RDS do Rio Madeira: foi ao I Encontro sobre Manejo Florestal Comunitário e Familiar do Sul do Amazonas, apoiados pelo IEB; começou um diálogo junto ao CNS para a revitalização da cadeia da Borracha no município e participou de encontros com lideranças de outras UCs promovido pela FAS. No ano de 2010, a Apramad ganha o respeito de uma série de instituições e começa a agregá-las a seus projetos e a gerir seus próprios recursos.



Reunião da diretoria da Apramad.

CAPACITAÇÕES

“O curso de elaboração de projetos e o encontro de lideranças, promovido pelo IEB, foram fundamentais nesse momento em que parecia que a mobilização ia esfriar pela demora na regulamentação da associação. ”

DISCUTIR AS DECISÕES

“Durante uma reunião da Apramad com a FAS, o Mauro Cristo queria que nós assinássemos um projeto de antenas de celular. Nós dissemos que não assinaríamos nada sem ter um recurso para passar nas comunidades e discutir isso com elas. Não gostamos do projeto que apresentaram e perguntamos se não seria melhor voltar nas comunidades para rediscutir a aquisição dos produtos.”

Marcos Paulo “Marquinho” – 2º Tesoureiro da Apramad – Gestão 2009-2011.

Momento de oração durante reunião da 1ª Assembleia Geral da Apramad – Comunidade Santa Maria do Uruá (Polo 02) – Julho/2010.





Reunião da 1ª Assembleia Geral da Apramad – Comunidade Cachoeirinha (Polo 05) – Julho/2010.



Reunião da 1ª Assembleia Geral da Apramad – Comunidade Santa Maria do Uruá (Polo 03) Julho/2010.



Cacau: abundante na RDS do Rio Madeira, encontrado inclusive em sistemas agroflorestais (SAFs).

Reunião de Devolução da Sistematização.



Reunião para criação da RDS no Lago do Xiadá.



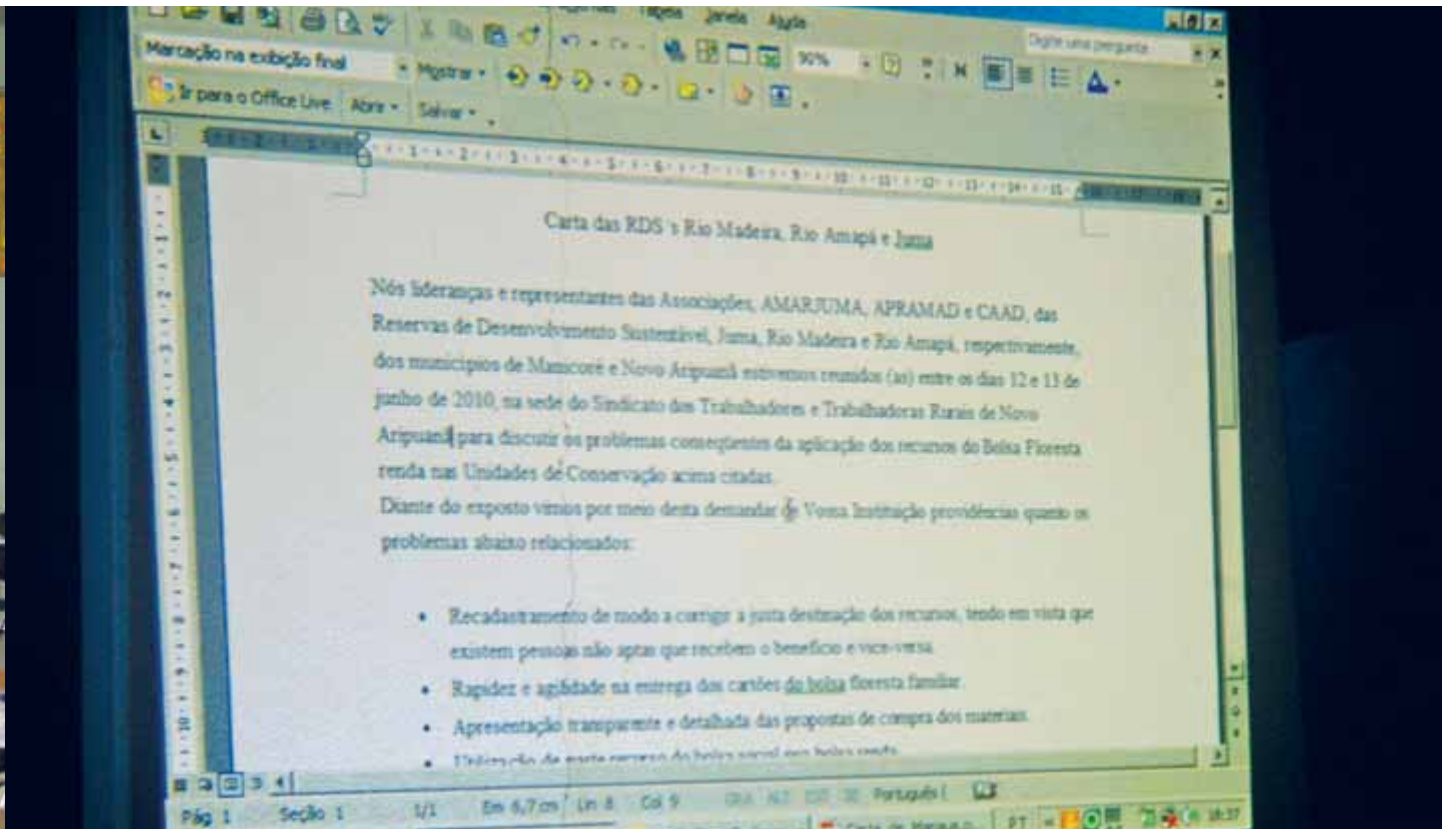
1º Curso de Boas Práticas da Castanha no Lago do Xiadá, juntamente com a COVEMA, IDAM e FAS.

1ª reunião do Conselho Gestor da RDS do Rio Madeira – Março/2010.



1ª reunião do Conselho Gestor da RDS do Rio Madeira – Março/2010.

Trabalho em parceria: Apramad, CAAD (RDS do Rio Amapá) e AMARJUMA (RDS do Juma) reivindicam, juntas, melhorias do Bolsa Floresta e aplicação dos benefícios do Incra.



Construção da linha do tempo da história da Apramad.

Linha do tempo

2003	final de 2005	2006	final de 2007	abril de 2008	abril de 2008	dezembro de 2008	janeiro e fevereiro de 2009
Criação de associações de algumas comunidades (Acostri; Amac)	Solicitação da criação de uma UC pela comunidade Lago Preto; realização de estudos socioeconômicos, sensibilização e mapeamento dos recursos pela Seap/Seae.	Criação da RDS do Rio Madeira (Decreto Estadual nº 26.009/06).	Criação do Programa Bolsa Floresta (Lei Estadual no 3.135/07) e da FAS.	Criação do Ceuc (Lei Estadual nº 3.244/08).	Reunião com as comunidades da RDS em Novo Aripuanã sobre o Bolsa Floresta (FAS e Ceuc); no mesmo mês o Consórcio Fortis (IEB) constrói sua agenda de trabalho no município.	I Reunião da Comissão: discute-se a elaboração da minuta de um estatuto.	Mês intenso de atividades: início da discussão da minuta do estatuto nas comunidades; oficinas de sensibilização para o Conselho Gestor e associação-mãe da RDS.



	março de 2009	abril de 2009	junho de 2009	07 de julho de 2009	agosto de 2009	outubro de 2009	Janeiro de 2010	Fevereiro de 2010
	Capacitação em Gestão de Associações em Novo Aripuanã (IEB); II Reunião da Comissão: concorda-se que é necessário mais tempo para criar a associação (alteração da Assembleia de Fundação de abril para julho/09).	Oficinas de mobilização para o Conselho Gestor; continuação do estudo do estatuto nas comunidades; capacitação em Associativismo (IEB).	Capacitação em Gestão de Associações em Manicoré (IEB).	Assembleia de Fundação da Apramad.	Oficina de composição do Conselho Gestor da RDS; Capacitação em Elaboração de Projetos (IEB).	I Encontro de Lideranças da RDS do Rio Madeira (IEB).	Documentos são reavidos pela diretoria eleita e tira-se o CNPJ da Associação, que agora está constituída de fato e de direito.	Cria-se o Conselho Gestor da RDS do Rio Madeira (Portaria SDS/GS – Nº 016/10).



Conquistas, lições aprendidas e desafios

Em um processo de resgate da história de uma experiência, é de suma importância um olhar avaliativo para perceber quais foram as principais conquistas – e como se chegou a elas – e somar isso ao processo de amadurecimento das pessoas que dessa experiência participaram.

Das pequenas associações à Apramad

A criação das pequenas associações pode ser considerada a primeira conquista, resultado do início da organização dos moradores, antes de existir a RDS. Com elas, as comunidades começaram a trabalhar mais unidas em busca de um objetivo comum. Desde então já se colhia os frutos desse trabalho: convênios para a produção, parcerias com o poder público local, recursos e materiais chegando às comunidades. Elas foram importantes também para ajudar no entendimento e na criação da RDS do Rio Madeira.

Com a criação da reserva, o consenso é evidente: depois dela, a vida melhorou. As comunidades que antes estavam esquecidas pelo poder público voltaram à cena; as parcerias aumentaram; a floresta e seus recursos estão mais protegidos.

A criação da Apramad, unindo o associativismo com a unidade territorial da reserva, é considerada a última grande conquista dos moradores. Mas não sem muita luta e desafios.

Ao se pensar na criação de uma organização autônoma – uma associação – que exige mais do que participação, exige interação, o primeiro desafio é começar. Por onde? Como? Para quê? Para quem? São normalmente essas perguntas que devem ser respondidas. Ela deve ter uma razão de ser. Muitas são as forças contrárias que atuam, seja por aqueles que veem nelas uma ameaça aos seus interesses particulares, seja por aqueles que, se deparando com algo novo ou vendo o fracasso de outras associações, não acreditam nesse tipo de organização.

Além disso, como evitar que as associações sejam meros instrumentos de agentes externos? E como garantir que elas aproveitem positivamente as oportunidades que surgem? A Apramad tem esse duplo desafio. Ao mesmo tempo em que foi pensada “de fora” para garantir a execução de uma política pública estadual, tinha uma oportunidade de ouro nas mãos.

A VIDA MELHOROU

“Antes [da RDS] não tinha controle, entrava quem queria a hora que bem entendia, pra levar as coisas. Hoje não: pra tirar uma madeira, você tem que dizer pra que quer aquela madeira. Começaram a aparecer os projetos pra dentro da associação, como o do Incra colocando caixas de água [Programa Pró-chuva].”

Adriano Lucio Mar, Comunidade Santa Rosa, Polo 03.



A VIDA MELHOROU

“Hoje em dia, na parte social, temos os programas da FAS, hoje estamos reconstruindo nosso centro social, que estava caindo. Antes tínhamos que ficar correndo atrás das prefeituras pra nos ajudar e existia muita enganação, promessa e hoje não, essa parceria com a FAS tá sendo muito importante. A parte de renda também: hoje um trabalhador que pagava 10 pessoas num dia pra fazer trabalho de campo, hoje faz isso aí com as roçadeiras. Também os motores bomba, pra puxar água pro roçado, antes subiam barranco de 10 metros e andavam mais 100 metros. Antes era um desgaste enorme, carregar água e pulverizar a melancia... a expectativa é de melhoria de vida. Tem também o Ceuc que vai nos dar os CDRUs [Concessão de Direito Real de Uso], que estamos aguardando e que vai ser muito importante para termos acesso aos créditos do governo, porque não temos documento de posse de terra, por meio do Instituto de Terras do Amazonas (Iteam). E hoje o povo tá ficando mais conscientizado de que, preservando, a nossa reserva sustentável, só vai nos ajudar, a gente vai ter pra sempre, não vai ter aquela destruição como vinha sendo com madeira que destruía e ia embora.”

Francisco Udson, Vice-Presidente da Apramad – Gestão 2009-2011

“Pra nós, foi muito importante a Reserva. Coisa que a gente não tinha oportunidade como morador, com ela nós criamos, por exemplo: não tinha campo de futebol e hoje a comunidade criou. Outra questão que a gente brigava era preservar, porque as coisas do campo iam se acabando: pescado, a caça... Aí, depois de criar a Reserva, a gente teve apoio também da Secretaria de Meio Ambiente do município pra fazer o acordo de pesca, que já deu resultado. Começamos esse trabalho em 2002, e temos um relatório que hoje mostra que já temos 80% do pescado de volta.”



Edilson Lima Rodrigues, Comunidade São Francisco do Matupá, Polo 04

LUTA

“Quando a gente se reunia, a gente tinha um debate de como ia funcionar isso, como ia formar uma coisa se não sabíamos o que íamos fazer. Algumas pessoas falavam que era mais fácil organizar uma coisa quando tinha um começo. Tínhamos muita dificuldade pra organizar, pra saber como cada um deles ia trabalhar e temos até hoje.”

Marcos Antonio, Comunidade Bom Jesus, Polo 01.

O envolvimento das comunidades

(mobilização e sensibilização + transparência + representatividade)

Toda a formação da Apramad foi feita à base de muita conversa. Houve a preocupação de que as dúvidas fossem sanadas e de que a sua formação fosse, desde esse momento, uma espécie de ensaio para como ela deveria funcionar depois: com muita discussão entre as comunidades. Isso garantiu a transparência no processo e conseguiu-se mobilizar crentes e descrentes, adeptos e contrários à sua criação.

Além disso, a preocupação com a representatividade das comunidades foi fundamental para garantir que aquelas discussões não ficassem desiguais. O trabalho da Comissão inicial (ampliada posteriormente) e as atividades por polos foram procedimentos adotados de acordo com a necessidade sentida pelo grupo de trabalho.

CONVERSA

“O que eu faria igual era a forma de envolver o pessoal, buscar mobilizar, falar da importância, dizer pra eles que isso pode ser uma coisa boa na vida deles. A experiência da Apramad acertou em mobilizar o pessoal, se fosse trabalhar numa associação fazia a mesma coisa.”

Robertinho Vieira, Comunidade São Sebastião da Boca do Taciua, Polo 02



REPRESENTATIVIDADE

“Coisa boa que surgiu foi a ideia de trabalhar junto com todas as comunidades divididas em Polos, em vez de trazer todo mundo pra Novo Aripuanã ou Manicoré. Com essa divisão ficou mais fácil para trabalhar, como funciona associação, o estatuto, essas coisas toda. É uma ideia pra ser copiada em outros lugares. O processo como um todo foi bem democrático, porque todas as pessoas tiveram voz.”

Maurício Felipe, ex-representante do CNS/ Manicoré.



A preparação para o associativismo

(capacitações + reuniões de trabalho)

Para que os moradores da RDS se apropriassem da ideia da associação-mãe, era necessário que eles entendessem a sua importância e se preparassem para assumir a responsabilidade. Se isso já era uma dificuldade para aquela minoria que já sabia o que era o trabalho em uma associação, como seria para os demais?

Toda a estratégia de capacitações, reuniões e trabalhos em grupos tinha como objetivo a preparação dos moradores da RDS para administrar a organização que seria deles.

DIFICULDADE

“Acho que tem uma dificuldade que eu sempre fiquei repetindo nas reuniões porque, quando chegou o Mauro Cristo [FAZ], ele queria que se formasse a associação dentro de 90 dias. Aí eu não tinha nem noção do que se tratava, conhecia a minha associação, mas essa [Apramad] era grande, e o pessoal das comunidades também não conhecia.”

Ernani Pinheiro Viana, Comunidade Santa Rita, Polo 02

PREPARAÇÃO

“Por que as associações se afundam? Primeiro, pela questão da legalização; segundo, prestação de contas; e terceiro, a atribuição, o que cada um faz.”

Marcos Paulo “Marquinho”, 2º Tesoureiro da Apramad – Gestão 2009-2011.



Sem pressa se vai longe

Por que não criar rapidamente a Apramad? Havia riscos. A experiência mostra muitas associações “fantasmas” criadas apenas no papel e outras tantas que quebram com a mesma velocidade com que surgem. Isso não pode ser ignorado. Sendo uma proposta de cima para baixo, ou seja, de agentes externos para as comunidades, a ideia da associação-mãe não existia no pensamento dos moradores da RDS.

As regras estavam claras, e, apesar de não terem sido definidas pelas comunidades, foram aceitas por serem uma exigência imposta para que eles pudessem ser

contemplados com um programa do governo estadual. Longe de ser uma resposta à maturidade organizacional das comunidades, a associação-mãe seria criada apenas para facilitar a execução do Bolsa Floresta. Mas o que estava em jogo? O que poderia dar errado? Nisso não se falava e ainda restam dúvidas até hoje. Se realmente fosse um jogo, seria uma disputa no mínimo desleal.

Desde o início, o IEB se manteve na posição de não vender facilidades e, pouco a pouco, as lideranças se convenceram de que precisavam se preparar melhor para enfrentar tamanho desafio. No final das contas, mesmo com mais planejamento e entendimento, algumas pessoas ainda acham que o processo deveria levar ainda mais tempo.



1º Curso de Boas Práticas da Castanha em comunidades de Novo Aripuanã juntamente com a COVEMA, IDAM e FAS.

RISCOS

“A capacitação da Nice parou mais a cabeça deles: eles viram que a associação não poderia ser criada da noite para o dia.”

Ítalo Sousa, ex-chefe da RDS do Rio Madeira

MAIS TEMPO

“As informações surgiram, mas hoje daria pra fazer um trabalho de mais longo prazo. Houve um conhecimento vasto nessa troca de experiência, mas acho que funcionaria melhor ainda se as pessoas pudessem ter mais tempo para ler e refletir, porque nem tudo a gente decide dentro de uma reunião; é preciso várias.”

Robertinho Vieira, Comunidade São Sebastião da Boca do Taciua, Polo 02

Os novos desafios

Os riscos de a organização “dar errado”, por não servir aos objetivos que se propunha, foram minimizados no processo de sua criação. Contudo, eles ainda existem.

O primeiro grande desafio é garantir que o princípio de autonomia da associação seja cumprido: não ser dependente exclusivamente dos recursos do Bolsa Floresta destinados às associações e conseguir trabalhar com recursos próprios por meio de captação externa e contribuição dos sócios.

Para isso é essencial que a Apramad não seja apenas uma mera executora do Bolsa Floresta vinculada à imagem da FAS. É preciso criar legitimidade como organização representativa dos moradores da RDS e promotora de ações que visem a melhoria de sua qualidade de vida.

Ainda é grande o número de pessoas que não sabem sequer o que é uma associação e qual o seu papel. Eis o desafio: é necessário também dar continuidade ao trabalho de mobilização e sensibilização com os moradores da reserva para questões de associativismo: sua importância, seu funcionamento e a finalidade das associações, os direitos e deveres dos sócios e a qualificação a discussão em torno das atividades por ela desenvolvidas. Com essa agenda, parte do que se havia proposto quanto ao fortalecimento das associações pequenas é cumprida, pois se trabalha em torno do associativismo como um todo.

O fortalecimento da Apramad não pode parar! Para que esses desafios sejam vencidos, é preciso aumentar muito ainda as capacidades dos moradores da RDS, seja na elaboração de projetos para captação de recursos ou na gestão da associação; seja na comunicação da diretoria com os sócios ou no diálogo com o poder público.

O processo de organização das comunidades da RDS do Rio Madeira não acabou. E provavelmente não acabará. Ele seguirá se reinventando de acordo com a conjuntura, o que demandará sempre dos seus moradores uma capacidade especial: de adaptação.



Após a organização para fazer um acordo de pesca, o acari-bodó voltou a ser farto no Lago do Matupá.

Um balanço do IEB

Hoje os moradores da RDS do Madeira têm autoestima, orgulho e confiança porque se organizaram e estão aprendendo a se posicionar perante as instituições e os entes governamentais; sabem se colocar nos debates sem timidez de dizer sua palavra. Essa sabedoria, conhecimento que ainda está por aflorar, os fez cidadãos mais participantes. As lideranças da RDS do Madeira têm propostas para a solução de seus problemas e de irem mais além de debater de igual para igual com os representantes do Estado.

Aprenderam a compartilhar os interesses e buscar soluções em ações conjuntas e coletivas. Aprenderam a discutir, a buscar consenso envolvendo a todos nas discussões. Trabalhar no coletivo não é fácil; exige muito esforço e aprendizado mútuo. Mas assim descobriram uma outra RDS e viver em comunidade foi um aprendizado ao longo desse processo. Foi assim que os moradores educaram-se para o associativismo e descobriram na prática do dia a dia a importância da construção participativa de sua organização. Por meio dela descobriram os seus direitos e passaram a debatê-los, e hoje vem a Apramad como responsável pela melhoria e conquistas.

Embora Marquinho, Leiton e Seu Udson sejam grandes lideranças da Apramad, eles não trabalharam sozinhos. A Apramad também formou um grupo de líderes que sempre dividiu as mais diversas tarefas com eles. Formou também os representantes dos polos da RDS nas comunidades, encarregados de capilarizar as discussões e organizar as demandas.

Desde a sua criação, a diretoria da Apramad buscou consultar as comunidades e debater na base para promover o envolvimento dos moradores nas discussões participativas. É necessário respeitar os costumes, tradições e ritmo das comunidades.

Postura diante do Estado

“Hoje as lideranças da RDS do Madeira não admitem que venham para Manicoré e Novo Aripuanã técnicos da qualquer instituição com uma postura burocrática e desrespeitosa com as comunidades. Eles sabem que são cidadãos, que devem lutar e reivindicar com força e razão e não como pobres coitados que devem se submeter aos caprichos de funcionários públicos. Pessoas como eu, Ítalo, Jerônimo e Ana (todos do Ceuc) e outros foram importantes porque ajudaram a Apramad a lidar com o Estado. Mas, agora, é o povo que demanda porque sabe que o Estado tem deveres a cumprir.”

Joedson Quintino, assessor de campo do IEB.

Lista de Participantes no Processo de Sistematização

Adriano Lúcio Mar Cabral

Comunidade Santa Rosa (Polo 03)

Antônio Soares

Comunidade Lago do Castanha (Polo 02); Conselho Fiscal Apramad (2009-2011)

Avelino Martins

Comunidade Santa Rita (Polo 02)

César Haag

(ex-técnico do DPT/CEUC)

Daniele Miranda Correia

Comunidade Taciua (Polo 02); Presidente do Conselho Fiscal Apramad (2009-2011)

Maria Dilcelene Vales Lemos

Comunidade São Francisco do Lago do Xiadá (Polo 04)

Edilson Lima Rodrigues

Comunidade São Francisco do Matupá (Polo 02)

Ernani Pinheiro Viana

Comunidade Santa Rita (Polo 02); Presidente da ACOSTRI

Francisco Udson Oliveira da Conceição

Comunidade Cachoeirinha (Polo 05); Vice-presidente da Apramad (2009-2011)

Fredson Marques da Silva

Comunidade Novos Prazeres; Presidente da Associação dos Moradores Agroextrativistas da Comunidade de Novos Prazeres (AMANP)

Ítalo Sousa Chaves

(ex-gestor da RDS do Rio Madeira)

Joedson Quintino

(IEB)

José Bentes da Palma Filho

Comunidade Zé João (Polo 01); Presidente da AAJJ

José Ramos da Silva

Comunidade São Francisco do Lago do Xiadá (Polo 04)

Lailton Dias da Silva

Comunidade Lago do Xiadá (Polo 02); Presidente da ALX

Leilton Dias Martins

Comunidade Lago Preto (Polo 02); Presidente da Apramad (2009-2011)

Marcos Antonio da Costa Silva

Comunidade Bom Jesus (Polo 01)

Marcos Paulo Lima Barros

Comunidade Sempre Viva (Polo 04); 2º Tesoureiro da Apramad (2009-2011)

Mauricio Felipe Pereira da Silva

(ex-CNS)

Miguelma Cavalcante dos Santos

Comunidade Taciua (Polo 02)

Nelson Tavares da Silva

Comunidade Curupati (Polo 05); 1º Tesoureiro da Apramad (2009-2011)

Raimunda Albuquerque Sodre

Comunidade Canadá (Polo 02); 2ª Secretária da Apramad (2009-2011)

Raimundo Afonso de Gouveia

Comunidade Canadá (Polo 02)

Robertinho Vieira dos Santos

Comunidade São Sebastião da Boca do Taciua (Polo 02)

Francisco Roberto Vale Branco

Comunidade Matá Matá (Polo 02)

Valter Vales Lemos

Comunidade Bela Vista (Polo 04); 1º Secretário da Apramad (2009-2011)

Wilde Itaborahy

(ex-técnico do DPT/CEUC)

Assessoria

Roberta Amaral de Andrade (IEB)

Equipe de Apoio

Aurélio Diaz Herraiz (IEB)

Doney Vítor (IEB)

Francisco Rui Santos de Sousa (IDAM – Novo Aripuanã/AM)

Rita Martins (IEB)

Revisão

Josinaldo Aleixo (IEB)

Ailton Dias (IEB)

Agradecimentos

Idam (Novo Aripuanã/AM);

Ceuc/SDS;

Apramad, IEB-Lábrea/AM;

IEB-Humaitá/AM.

Lista de Siglas

- AAJJ** – Associação Agroextrativista José João
- Acostri** – Associação Comunitária Santa Rita
- Acosama** – Associação Comunitária para o Desenvolvimento da Comunidade de Santa Maria do Uruá
- ALX** – Associação Agroextrativista do Lago do Xiadá
- Amac** – Associação dos Moradores Agroextrativistas da Comunidade de Cachoeirinha
- Amanp** – Associação dos Moradores Agroextrativistas da Comunidade de Novos Prazeres
- Amarjuma** - Associação de Moradores e Amigos da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Juma
- Apramad** – Associação dos Produtores Agroextrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Madeira
- Asalcast** – Associação Agroextrativista do Lago do Castanha
- Asmodic** – Associação dos Moradores do Distrito de Cachoeirinha
- Caam** – Central das Associações Agroextrativistas de Manicoré
- CDRU** – Concessão de Direito Real de Uso
- Ceuc** – Centro Estadual de Unidades de Conservação
- CNPJ** – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
- CNS** – Conselho Nacional das Populações Extrativistas
- Conab** – Companhia Nacional de Abastecimento
- Covema** – Cooperativa Verde de Manicoré
- DPT** – Departamento de Populações Tradicionais
- FAS** – Fundação Amazonas Sustentável
- Flona** – Floresta Nacional
- Idam** – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
- IEB** – Instituto Internacional de Educação do Brasil
- Incra** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- PAA** – Programa de Aquisição de Alimentos
- PBF** – Programa Bolsa Floresta

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
Resex – Reserva Extrativista
SDS – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Seae – Secretaria Executiva Adjunta de Extrativismo
Seap – Secretaria Executiva Adjunta de Projetos Especiais
Sepror – Secretaria de Produção Rural
Seuc – Sistema Estadual de Unidades de Conservação
Snuc – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UC – Unidade de Conservação

Bibliografia

FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL (FAS). Disponível em: <www.fas-amazonas.org.br>. Acesso em: 02 de abril de 2011.

HOLIDAY, Oscar Jará. **Para sistematizar experiências**. Tradução: Maria Viviana V. Rezende. 2ª Edição revista – Brasília: MMA, 2006.

Instituto Marista de Solidariedade. **Sistematização de Experiências em Economia Solidária**. Brasília, 2009.

Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB). **Regularização Fundiária e manejo florestal comunitário na Amazônia: sistematização de uma experiência inovadora em Gurupá/AM**. Brasília: IEB, 2006.

MIGUEIS, R. **Geografia do Amazonas**. Manaus: Valer, 2011.

PALMIERI, R.; VERÍSSIMO, A.; FERRAZ, M. **Guia de Consultas Públicas para Unidades de Conservação**. Piracicaba: Imaflora; Belém: Imazon, 2005.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS. **Relatório da Oficina de Composição para Formação do Conselho Gestor da RDS do Rio Madeira**. Manaus, 2009.

_____. **Relatório de Mobilização para Formação do Conselho Gestor da RDS do Rio Madeira**. Manaus, 2009.

_____. **Relatório da I Oficina de Sensibilização para Formação do Conselho Gestor da RDS do Rio Madeira (Polos 01, 02 e 03)**. Manaus, 2009.

_____. **Relatório da I Oficina de Sensibilização para Formação do Conselho Gestor da RDS do Rio Madeira (Polos 04, 05 e 06)**. Manaus, 2009.

_____. **Relatório de Sensibilização Comunitário e Convite para Consulta pública do Mosaico Igapó-Açu/Matupiri/Madeira**. Manaus, 2006.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA AMAZÔNIA:

Uma experiência de associativismo na RDS
do Rio Madeira (Novo Aripuanã e Manicoré/AM)

Realização



Apoio

